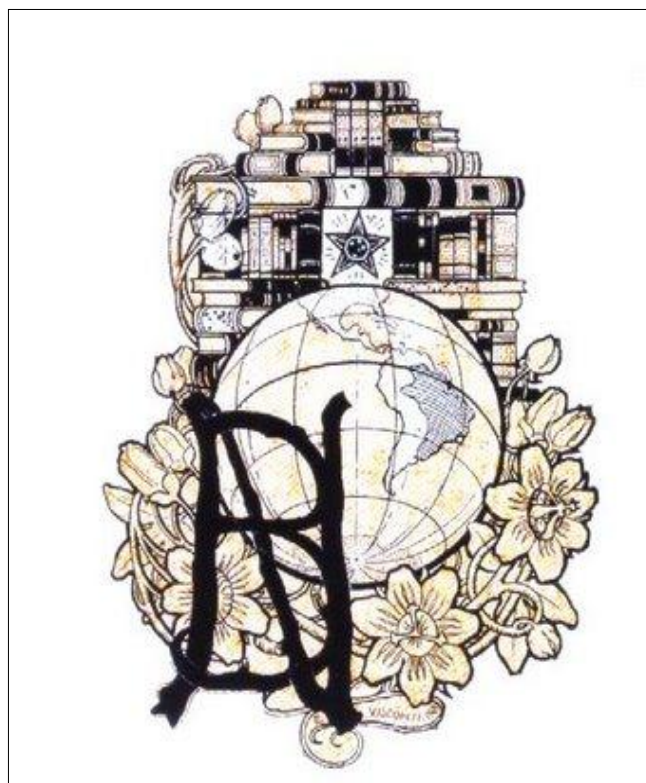


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



MARIA DAS GRAÇAS DE MORAES AUGUSTO

Politeia Tropical:

*a recepção dos clássicos, a tradição política no Brasil do século XIX e a
tradução das Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira**

Ὁ βίος βραχύς, ἡ δὲ τέχνη μακρὴ, ὁ δὲ καιρὸς ὀξύς, ἡ δὲ πείρα σφαιερὴ,
ἡ δὲ κρίσις χαλεπὴ. Δεῖ δὲ οὐ μόνον ἑωυτὸν παρέχειν τὰ δεόντα
ποιεῖντα, ἀλλὰ καὶ τὸν νοσέοντα, καὶ τοὺς παρεόντας, καὶ τὰ ἔξωθεν.
Hp., Aph., I, 1.

“Os fatos são passageiros; as datas incertas; os homens mortais, – só as
ideias são permanentes e eternas as categorias por que elas se exprimem.”

Pedro Nava, *Capítulos da História da Medicina no Brasil*, 1948.

À memória de Germanus Strazzeri, com a reminiscência saudosa de
nossas tarde de trabalho na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Dentre as modificações políticas, sociais e culturais que mobilizaram o Brasil ao longo do século XIX, uma delas é, evidentemente, a formação de uma “identidade nacional” manifesta sob diferentes contextos estruturais, entre os quais a *questão constitucional* será um tema fundamental.

E aqui, quando utilizamos a expressão ‘questão constitucional’, o sentido nela expresso tem um significado mais largo do que aquele que, em princípio, poderíamos reduzir ao processo de elaboração e fixação de uma Carta Constitucional.

Nesse sentido, o que estamos denominando “*politeía tropical*” é um duplo processo que envolve, antes de qualquer outra imposição, o sentido atribuído na tradição do pensamento antigo ao termo *politeía*, isto é, a extensão semântica entre a constituição política, o princípio de cidadania e os direitos e os deveres do estado e do cidadão, de tal modo que tenhamos uma

* Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com o apoio do PNAP/2013, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a quem agradecemos. Em especial gostaríamos, também, de sublinhar agradecimentos especiais às bibliotecárias da FBN, Vera Lúcia Faillace, chefe da Seção de Manuscritos, à Profa. Ana Virigínia Pinheiro, chefe da Seção de Obras Raras, pela atenção e pela generosidade com que sempre me têm auxiliado nas muitas dificuldades sempre encontradas no dia-a-dia de uma pesquisa, e ao mestrando Luan Reborêdo Lemos, pelas *afinidades* na leitura das *Categorias*, de Aristóteles.

possibilidade de leitura e compreensão da presença intensa dos autores clássicos no contexto da formação do Brasil como nação, ao longo do século XIX.¹

Sob esse aspecto, a importância do século XIX para a história da recepção dos clássicos gregos na vida política brasileira e as traduções que são elaboradas ao longo desse período, além de serem um fato inequívoco, podem nos auxiliar na compreensão do processo de formação da ideia de ‘pátria’, de ‘nação’, de ‘brasilidade’, e, se nos ativermos à presença da tradução de autores clássicos, veremos que eles estão presentes em momentos-chaves da vida política brasileira e que podem ser vistos, muito claramente, a partir de três acontecimentos históricos vitais na construção da concepção de ‘nação brasileira’: [i] a alteração do estatuto político, de Colônia a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1808, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil; [ii] a emancipação política com a independência de Portugal, em 1822, e, [iii] a constituição de um “império constitucional” – e seus desdobramentos na guerra do Paraguai, na Abolição da Escravidão e na mudança Constitucional Republicana, em 1889.

Assim, a publicação, no Rio de Janeiro, em 1814, pela Imprensa Régia, da tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira das *Categorias* de Aristóteles – para servir de texto base para suas *Preleções Filosóficas*, ministradas a partir de abril de 1813, no Real Colégio de São Joaquim –; a tradução do idílio *A Primavera*, de Meleagro de Gadara, por José Bonifácio de Andrada e Silva, publicada em Lisboa, em 1816, e as traduções da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, do *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo e da *Odisséia*, de Homero, feitas por D. Pedro II, marcarão, definitivamente, a presença e a importância dos clássicos gregos na formação política brasileira no século XIX², espelhando em seus contextos a expressão de momentos decisivos de nossa formação. Os elos entre esses três homens públicos e a tarefa de tradutor exercida por cada um deles, em diferentes momentos da vida política brasileira no século XIX, não são apenas intelectualmente convergentes mas espelham uma “visão de mundo” na qual o pensamento

¹ E aqui parece-nos, ainda, oportuno lembrar que o termo não é usual na língua grega arcaica, sendo encontrado na prosa jônico-ática a partir da segunda metade do século V a.C, inicialmente nos textos dos historiadores e, em seguida, frequentemente, nos textos de filósofos e oradores. Ademais, o termo *politeía* é uma palavra de difícil tradução, cujo significado está interligado aos de *pólis* e *polítes*: se a *pólis* se constitui em uma “comunidade de cidadãos”, a *politeía*, enquanto modo de vida do cidadão, só ganha sentido no interior da *pólis*. Nesse sentido, a *politeía* se manifesta em dois aspectos vitais do pensamento político grego: o direito de cidadania e a *forma* de governo, o regime político, e enquanto direito de cidadania, a *politeía* determinava os direitos políticos do cidadão e sua participação na estrutura geral da *pólis*, não como um ato meramente jurídico entre o indivíduo e o Estado, mas como um corpo vivo, onde cada cidadão participa da cidadania. Sobre o tema, veja-se, por exemplo: EHRENBERG, 1980, p. 44-77; MANVILLE, 1990; CATALDI, 2004, e para uma análise do aparecimento e da difusão do termo *politeía*, veja-se BORDES, 1982, p. 18-33.

² Para uma análise das relações entre as *Preleções Filosóficas*, a tradução das *Categorias*, e a tradução do idílio *A Primavera*, de Meleagro de Gadara por José Bonifácio de Andrada e Silva, veja-se MORAES AUGUSTO, 2010, p. 313-350 e MORAES AUGUSTO, 2012/2013, p. 128-135.

antigo constitui-se, tal como sugerido por Machado de Assis, em *Esau e Jacó*, como um “par de lunetas” que nos permitem uma mais larga compreensão da emergência do Brasil como nação.

Não nos parece mero acaso o fato de Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva escreverem, em 1813, em *O Patriota* – jornal editado no Rio de Janeiro, e publicado pela Imprensa Régia ao longo dos anos de 1813-1814 –, artigos sobre metalurgia e química; de Pinheiro Ferreira – o que já estava prenunciado em outro artigo publicado em *O Patriota*, sobre a “gramática filosófica” que estaria na base de suas preleções –, traduzir e publicar as *Categorias*, em 1814, enquanto em 1816, José Bonifácio traduz e publica, em Lisboa, o idílio *A Primavera*, de Meleagro de Gadara; e que em 22 novembro de 1843, em carta de Silvestre Pinheiro Ferreira a D. Pedro II, publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*³, reencontremos os problemas da ‘constituição’ e de uma monarquia constitucional, bem como a ideia de ‘confederação’ como modo de manutenção de um ‘governo imperial’, o que, sob um sentido alargado, poderá ser visto como uma reunião temática de nossos três tradutores, agora mediados na sequência política, pelo Imperador do Brasil, às voltas, ao longo do século XIX, com o *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo e com a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, e, posteriormente à queda da monarquia, com a tradução da *Odisséia*, de Homero.

Nesse estudo – que é parte de uma análise mais larga, ainda em fase de redação e na qual estão incluídas e relacionadas as traduções acima indicadas –, nos deteremos na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, referente aos anos de 1813-1814, editadas no Rio de Janeiro, pela Imprensa Régia: os artigos publicados no jornal *O Patriota*, as *Preleções Filosóficas*, e a tradução das *Categorias* de Aristóteles, que, além de ser a primeira tradução de um autor antigo impressa no Brasil, completa 200 anos de publicação em 2014, procurando apontar em nossas análises, a função que o pensamento antigo cumpriu na consolidação da ‘brasilidade’ no século XIX. Daí o nosso esforço de uma leitura que, atenta ao tema da *politeia*, possa apontar para uma política fundada nas *categorias* da língua como base da ‘nacionalidade’.

³ Cf. FERREIRA, 1843, p. 1.

1. *As categorias da língua como base da 'nacionalidade': Silvestre Pinheiro Ferreira, as Preleções Filosóficas e a funcionalidade da tradução na crítica filosófica.*

Silvestre Pinheiro Ferreira chegou ao Rio de Janeiro, provavelmente, em 1809 ou 1810⁴, vindo de Londres como funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ficando sem um cargo remunerado até 13 de maio de 1811, quando foi nomeado deputado da Junta do Comércio, e em 17 de fevereiro de 1815, diretor da Junta de Direção da Real Tipografia e da fábrica das cartas de jogar, da qual também era integrante José Maria Lisboa, o futuro Visconde de Cairu⁵. Nesse período, Pinheiro Ferreira não só publicou trabalhos científicos e filosóficos no jornal *O Patriota*, ministrou, no Real Colégio de São Joaquim, suas *Preleções Filosóficas* e traduziu as *Categorias* de Aristóteles, mas, também, redigiu, a pedido de D. João VI, o projeto de reforma da monarquia portuguesa, divulgado sob o título de *Memórias políticas sobre os abusos gerais e modos de os reformar e prevenir a Revolução Popular, redigidas por ordem do Príncipe Regente* – 1814/1815.⁶

Em 1819, foi escolhido para representar Portugal junto à comissão luso-britânica para a extinção do tráfico de escravos, mas, em meados de 1820, quando deveria seguir, como representante do governo português, para os Estados Unidos, a revolução liberal que explodira em Portugal e a crise política de fevereiro de 1821, no Rio de Janeiro, levou D. João VI a nomeá-lo Ministro do Exterior e da Guerra,⁷ condição na qual regressará a Portugal com o

⁴ 1810 é a data indicada por Inocêncio Francisco da Silva, em seu *Dicionário Bibliográfico Português*, (SILVA, 1862, p. 259-273, v.7), e aceita por muitos dos comentadores de sua obra para a chegada de Pinheiro Ferreira ao Brasil, entretanto, Maria Beatriz Nizza da Silva, após um rastreamento das cartas e ofícios enviados por ele a Antônio de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, assinala que em 1809 Pinheiro Ferreira chegou a Londres, de onde, neste mesmo ano, embarcou para o Rio de Janeiro. Nesta cidade teria tido dificuldades para encontrar um posto remunerado, pois, “tendo chegado ao Brasil em 1809, ainda em maio de 1811 estava desempregado, vivendo de uma escassa pensão de 53\$000.” Cf. SILVA, 1975, p. 11-32. Sobre as relações de Pinheiro Ferreira com o Conde da Barca, cf. SILVA, 1975, p. 9-45; LIMA, 2006, p. 335-356.

⁵ Cf. SILVA, 1975, p. 32. Para as possíveis funções exercidas junto à Real Tipografia, cf. SILVA, 1975, p. 44-45.

⁶ As idéias aí apresentadas e sugeridas por Silvestre Pinheiro Ferreira, já prevendo que se o Príncipe Regente retornasse a Portugal o Brasil se emanciparia, eram demasiadamente arrojadas para tornarem-se públicas, e as observações feitas para sua impressão são extremamente severas: “serão impressos [as memórias escritas por SPF] debaixo de todo o segredo, em presença de um criado de V.A.R., só com o administrador da Impressão Régia e os artífices necessários, queimadas ali mesmo as provas, desmanchadas as formas e tirados unicamente os exemplares precisos para as seguintes pessoas: conselheiros de Estado, o bispo capelão-mor, os titulares maiores de 30 anos, os desembargadores do Paço, os conselheiros da Fazenda, os desembargadores da Casa da Suplicação, os deputados da Junta do Comércio e Mesa do Erário”. Apud: SILVA, 1975, p. 44. Cf. “Proposta sobre o regresso da corte para Portugal e providencias convenientes para prevenir a revolução, e tomar a iniciativa na reforma política”, 22 de abril de 1814. 3f. (FBN, Seção de Manuscritos, I-31,21,010.) e a edição das *Memórias* pela *Revista do IHGB*, v.47, 1884. A PUC-Rio, publicou uma versão ortograficamente atualizada, na Coleção Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, sob a Direção editorial de Celina Junqueira, em 1976.

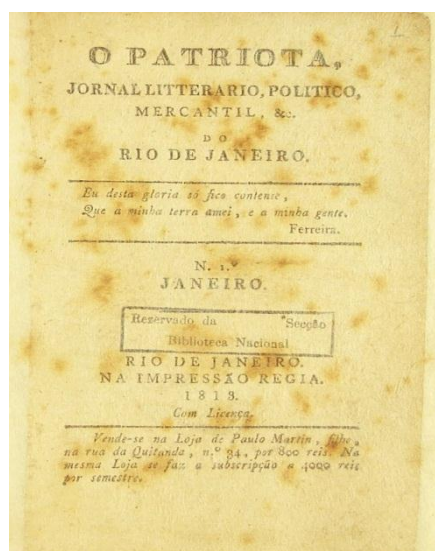
Essas *Memórias* foram, posteriormente, revistas e refinadas em seu exílio parisiense e lá publicadas. Cf. FERREIRA, 1831 e 1834, *Observações sobre Carta Constitucional do Reino de Portugal e sobre a a constituição do Império do Brazil*, publicada em 1831, com uma Advertência e em 2ª edição, revista, em 1834.

⁷ A narrativa acerca de sua participação no governo, na fase brasileira, será descrita nas *Cartas sobre a revolução do Brasil*, publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, 1877, v. II e III. Veja-se, também, *Memórias e cartas biográficas versando sobre os fatos políticos sobrevividos no Rio de Janeiro à revolução constitucionalista do Porto e Lisboa, desde suas repercussões e consequentes*

monarca, afastando-se do governo em 1823, e seguindo para Paris num exílio voluntário⁸ – onde poderá dedicar-se à filosofia e ao aprofundamento de suas teses políticas –, de onde só retornará a Portugal, em 1842, morrendo em Lisboa, em julho de 1846.

1.1 Os ‘escritos patrióticos’: as modulações filosóficas entre a gramática e a ciência

O Patriota, jornal literário, político e mercantil, publicado ao longo dos anos de 1813-1814, no Rio de Janeiro, pela Impressão Régia, foi fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, com uma proposta arrojada, contendo seções temáticas divididas em diferentes áreas do conhecimento – Artes, Agricultura, Hidrografia, Medicina, Literatura, História, Política, Comércio, e, ainda, uma Seção para as obras publicadas na Côrte no mês de edição do jornal⁹ –, e contando, dentre os seus redatores, com nomes relevantes da vida política e intelectual de então: Borges de Barros, Silva Alvarenga, Garção Stockler, Mariano Pereira da Fonseca, Camilo Martins Lage, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Saturnino,



Folha de rosto do jornal *O Patriota*, 1ª Subscrição, fascículo 1, janeiro de 1813. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

sublevações de fevereiro e abril de 1821 até o regresso de D. João VI com a corte para Portugal. Seção de Manuscritos da FBN, I-31, 21,009.

⁸ Em seu longo exílio parisiense Silvestre Pinheiro Ferreira dedicar-se-á à Filosofia e à reflexão política, tendo comentado as constituições brasileira e portuguesa, e publicando, em 1834, o *Manual do cidadão em um governo representativo*, em 3 volumes, além de seu *Essai sur la psychologie*, em 1826, onde encontramos a edição em grego com a respectiva tradução dos textos gregos e latinos nele citados.

⁹ Essas são as seções delimitadas no primeiro número do jornal, nos números seguintes elas seriam mantidas com pequenas alterações que atendiam à classificação dos artigos contidos em cada número e onde encontraremos as seções de Matemática, Estatística, Mineralogia, Química, Eloquência, Agricultura, Geografia, Navegação, Hidrografia e Topografia, além de uma seção de Necrologia que aparecerá em alguns números.

José Bernardes de Castro, Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁰, o jornal trará “luzes para o Império”,¹¹ marcando, assim, não só as mudanças políticas instauradas pela nova condição política de Reino em detrimento da velha Colônia, mas, também, as novas estratégias alavancadas com a implantação da tipografia e com a circulação de ideias através de livros agora impressos no Brasil.¹²

Nesse sentido, as palavras de abertura do editor no primeiro número do jornal já apontam para uma estratégia intelectual – que nos parece comum ao projeto de Pinheiro Ferreira

¹⁰ Aqui, é oportuno lembrar que o jornal, embora tenha suas ligações com o estado português bem delimitadas – é editado pela Imprensa Régia, que concedia o “Com Licença”, indicando sua aprovação pelo Desembargo do Paço, e tem entre seus colaboradores figuras vinculadas à estrutura de poder no Reino Unido de Portugal e Algarves –, não foi subscrito financeiramente pelo estado, mas por um processo de colaboração mantido por seus subscritores financeiros. É sob essa ótica que muitos historiadores têm chamado atenção para o fato de que entre seus colaboradores estão alguns importantes “herdeiros e continuadores do absolutismo ilustrado e fundadores do liberalismo político, no mundo luso-brasileiro”(MOREL, 2007, p. 29), como é o caso de José Bonifácio e Silvestre Pinheiro Ferreira, e que o projeto do jornal expressava o contexto de conflitos internos do estado português, envolvendo questões relativas ao fato de o Rio de Janeiro ser a sede da Monarquia e que, dentre os nomes contidos na primeira lista de assinantes, encontremos o Conde e a Condessa de Linhares, falecido no Rio de Janeiro, em janeiro de 1812, com suspeita de envenenamento, por assassinato ou suicídio, após conflitos com o Príncipe Regente. Nesse sentido, o grupo de colaboradores do jornal estava ligado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e a seu projeto iluminista e modernizador do império português: “Nesse contexto, o surgimento do periódico *O Patriota* explica-se justamente pela morte de d. Rodrigo de Sousa Coutinho[...]. Ou seja, aparece como uma espécie de obra póstuma de d. Rodrigo, ou tentativa de rearticulação de grupos e indivíduos que compunham e atuavam diretamente no Estado, identificados, de um modo geral, com a perspectiva reformista e com a ênfase no Brasil como local privilegiado no conjunto da nação portuguesa, ou com o poder pessoal do conde de Linhares” (MOREL, 2007, p. 36).

Para uma análise do contexto político e intelectual e dos redatores e leitores de *O Patriota*, cf. MOREL, 2007, p. 15-39; FERREIRA, 2007, p. 41-66, e LYRA, 1994.

¹¹ A importância intelectual de *O Patriota*, definida por Carlos Rizzini como “a melhor publicação literária não apenas da Colônia, mas do Reino, do Império sob Pedro I e da Regência” (RIZZINI, 1957, p. 159), foi assinalada por muitos de seus comentadores, veja-se, sobretudo, MORAES e CAMARGO, 1993; SALGADO, 2007; KURY, 2007, e ALCIDES, 2007. A expressão “luzes para o Império” é parte do título do capítulo *As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de O Patriota*, de Manuel Luiz Salgado Guimarães, 2007, p. 67-101, evocando a presença das teses ‘iluministas’ em todo o projeto do jornal.

¹² A Imprensa Régia, e o que ela publicou entre 1808 e 1821, reflete bem as mudanças que foram alavancadas com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, pois, além dos atos oficiais do governo, foram editadas obras de caráter histórico, científico, literário e filosófico, valendo notar também a qualidade gráfica das publicações: “A Imprensa Régia foi uma excelente editora: publicou uma dezena de livros de real valor cultural, fez conhecer os poetas famosos, em moda em Portugal, imprimiu versos dos nossos, lançou o romance e a novela no Brasil, resolveu o problema do livro didático para o ensino superior inaugurado no Rio de Janeiro e cumpriu sua missão principal quanto à legislação. Não exagero afirmando que somente na segunda metade do século XIX, quando as editoras de Leuzinger e Laemmert estavam no auge, é que tivemos editoras comparáveis. [...] Examinando esses livros, esses folhetos de poucas páginas, ficamos admirados com a qualidade dos impressos. São composições de uma sobriedade, de um bom gosto de fazer inveja aos nossos impressores atuais. Raramente, muito raramente na verdade, a tipografia brasileira atingiu um padrão tão alto de elegância e beleza. São composições comparáveis e dignas dos grandes renovadores da tipografia, os Didot, os Bodoni. [...] Não é preciso procurar muito para encontrar verdadeiras obras-primas tipográficas nessa vasta produção. Duas ou três obras entretanto destacam-se. São o *Ensaio sobre a crítica*, os *Ensaio moraes*, ambos de Alexander Pope, traduzidas pelo conde de Aguiar, e os dois volumes da *Memória da vida pública do lord Wellington*, de José da Silva Lisboa. [...] A impressão é nítida e clara, a distribuição do texto e das notas nas páginas, a proporção das margens, tudo enfim, nessas obras [...] é perfeito.[...] Era um mestre o tipógrafo que compôs essas páginas de rosto. Soube dar destaque ao texto principal e deixar na sombra os dizeres complementares. Obteve beleza e harmonia sem truques e sem enfeites supérfluos. São páginas tão simples e perfeitas que nada se poderia mudar para melhorá-las.” (MORAES, 2006, p. 130-31). Veja-se, também, LIMA, 2006, p. 557-69. Acreditamos que a avaliação de Borba de Moraes vale, também, para a edição da tradução das *Categorias*, das *Preleções Filosóficas*, e de *O Patriota*.

em suas *Preleções* –, que consistia na extensão da “invenção das letras” à “contemporaneidade dos séculos”, de modo que daí pudesse advir uma ‘nação’:

“É uma verdade, conhecida ainda pelos menos instruídos, que sem a prodigiosa invenção das letras, haveriam sido muito lentos os progressos nas Ciências, e nas Artes. [...] Os homens de todos os Séculos são contemporâneos, e o sábio no seu gabinete instrui-se ainda hoje com os Arquimedes e Apolonios, recrea-se com os Homeros e Anacreontes, consulta os Tucídides e os Lívios; admira a eloquência dos Demóstenes e Cíceros; e ligando eras interrompidas por longas series de calamidades, salva através das irrupções dos Bárbaros, voa a despeito das injúrias do tempo, e prende remotíssimos anéis da cadeia não interrompida dos erros do entendimento, e dos crimes do coração humano.

Mas instruídos pela física de que os raios do Sol, que dispersos aquecem apenas os corpos duros, juntos em um foco derretem os mais densos metais, os sábios se propuseram a comunicar-se reciprocamente suas luzes, para que da união delas resultasse aquele intenso calor, que vencesse a frieza da preguiça, e a dureza da ignorância. As suas primeiras obras abrirão o caminho a outras mais perfeitas.”¹³

E, em uma concepção em que a história se torna sempre “contemporânea” pela via das “letras”, a ‘ideia de nação’ resultará, portanto, da compreensão do processo político através da ‘maleabilidade’ do conhecimento que, pelo “intenso calor” daí resultante, permitirá que a “frieza da preguiça” e a “dureza da ignorância” sejam vencidas.¹⁴ O que o nome “patriota”, de certo modo já explicitado na epígrafe ao título do jornal – “Eu desta glória só fico contente,/Que a minha terra amei e a minha gente.”¹⁵ –, vem, de certo modo corroborar, com uma pluralidade de sentidos que tem sido largamente estudadas pelos especialistas,¹⁶ é o alargamento da perspectiva corográfica como elemento dimensionador de sua dimensão intelectual, política e moral.¹⁷

A essa ‘política epistolar’ vale acrescentar ainda que o redator responsável divulga os livros publicados mensalmente na Corte, bem como noticia eventos relacionados às ciências, estabelecendo, também, uma dialógica com a cultura. Já no primeiro número encontramos a implementação das ‘Cartas dos leitores’, que aparece como uma chave interlocutória entre o responsável pelo jornal e seus colaboradores. E será exatamente nesse enclave que aparecerá, no primeiro número d’*O Patriota*, a primeira colaboração de Silvestre Pinheiro Ferreira: na Seção

¹³ Cf. *O Patriota*, S1,1, I, 3-4,1813; grifos nossos. Para referenciar *O Patriota*, seguimos o *Índice de O Patriota*, elaborado por Diana Zaidman, com os dados na seguinte ordem: Subscrição, fascículo, mês, página e ano. Nas citações dos textos do século XIX, as transcrições foram atualizadas apenas na ortografia, mantivemos tanto a pontuação original, quanto as maiúsculas, tal como utilizadas pelo autor no original, mesmo nas citações não destacadas.

¹⁴ Vale notar aqui o sentido ‘químico’ da metáfora, o que parece, mais uma vez, aproximar o projeto silvestriano – pois os dois ‘temas patrióticos’ de nosso autor, unem a gramática filosófica à teórica do calórico –, analisado a partir dos três textos do autor publicados no jornal *O Patriota*, e que poderia também nos fazer suspeitar ser ele um dos autores da Introdução, no primeiro número do jornal.

¹⁵ Versos do poeta quinhentista português António Ferreira, em *Aos bons engenhos*.

¹⁶ A questão dos usos dos termos ‘patriota’ e ‘pátria’ no âmbito d’*O Patriota* possui já uma larga bibliografia, dentre a qual os textos de MOREL, 2007, p. 15-39; KURY, 2007, p. 10-12, 141-157; GUIMARÃES, 2007, p. 78-80, apontam para elementos importantes da questão.

¹⁷ Sobre a dimensão intelectual e política do termo ‘patriota’ e a herança iluminista no jornal homônimo, cf. a análise de GUIMARÃES, 2007, p. 67-101.

denominada ‘Literatura’, entre odes, um epigrama, uma “Lira inédita”, de Tomás Antônio Gonzaga, e as “Máximas, Pensamentos e Reflexões Morais”, escritas por “Um brasileiro”, encontraremos, ao final da seção, a carta dirigida por Pinheiro Ferreira ao redator d’*O Patriota*, abordando “uma questão gramatical sobre as sílabas”.¹⁸

Referindo-se a uma questão gramatical, posta em uma “Sociedade Literária” na qual ele se encontrava, tendo sido indagado acerca do que era “sílaba”, Pinheiro Ferreira proporá, em sua carta ao redator do jornal, dar publicamente, isto é, dar por escrito no jornal, a seguinte resposta:

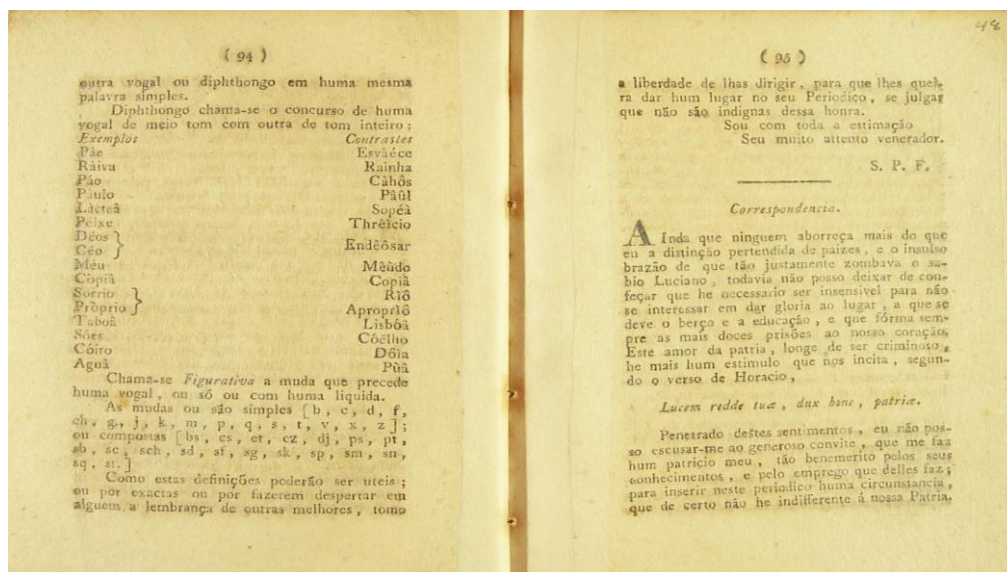
“Chama-se sílaba o concurso de qualquer vogal ou ditongo com a sua figurativa e consoantes que se seguem até a figurativa de outra vogal ou ditongo em uma mesma palavra simples.”¹⁹

A seguir, irá definir os ditongos como sendo o “concurso de uma vogal de meio tom com outra de tom inteiro”, explicitando-os em um gráfico contendo duas colunas, uma com “exemplos” e outra com “contrastos”, e a “sílaba figurativa” como sendo “a consoante muda que precede uma vogal”, sozinha ou com uma consoante líquida, classificando, então, as mudas como sendo “simples” ou “compostas”. (S 1, 1, I, 94, 1813).

Ao final da carta, Pinheiro Ferreira dirá que essas definições podem ser úteis, seja por sua “exatidão”, seja pelo fato de despertarem em “alguém [ou a algum leitor?] a lembrança de outras melhores”, daí ter tomado a “liberdade” de enviá-las ao redator para que, se “julgar que não são indignas dessa honra”, publicá-las no referido “periódico”, despedindo-se com a manifestação de “estimação” e “atenta veneração”. (S 1, 1, I, 95, 1813).

¹⁸ No corpo do texto do jornal, a separação entre um artigo e outro, em uma mesma seção, é feita apenas por uma linha e abaixo dela a chamada epistolar: “Senhor redator”, a indicação de que se trata de uma “questão gramatical sobre as sílabas, por S. P. F.” nos é dada no ‘Índice’ do jornal. Cf. *O Patriota*, S1, 1, I, 93-95, 128, 1813 e no Índice Geral, publicado no último volume de 1814, Cf. S3, 6, XI-XII, 5, 1814.

¹⁹ FERREIRA, *O Patriota*, S1, 1, I, 93-94, 1813.



Carta de S.P.F. ao redator d’*O Patriota* contendo o gráfico dos ditongos e sua assinatura, com as iniciais de seu nome, ao final. (*O Patriota*, S1, 1, I, 1813. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

Aqui, pensamos que, no artifício das “sílabas”, sua definição, a função exercida pelos ditongos – um *encontro* de “tonalidades” –, e a associação entre vogais e consoantes, o que está em causa é o processo no qual as sílabas devêm ‘palavras’ e ‘discursos’, articulando e legitimando a tese subscrita na Introdução do primeiro número d’*O Patriota*, entre a “invenção das letras” e a constituição da ‘pátria’ como substrato intelectual, corográfico e político de um Estado (ou de uma nação) emergente.²⁰

Essa hipótese, se acompanharmos as publicações de Pinheiro Ferreira em *O Patriota*, não só, parece-nos, será confirmada, mas ganhará um estatuto próprio ao ser incluída em uma seção à qual atribuir-se-á a denominação de “Gramática Filosófica” (S1,4, IV, 21-29,1813), vindo na sequência das seções do jornal, logo após Literatura.²¹ O estudo mais longo e detalhado, em relação àquele publicado em janeiro de 1813, com classificações expostas graficamente,

²⁰ O que, afinal, significaria “sociedade literária”? O contexto do jornal e o grupo de intelectuais a ele vinculados?, o ambiente no qual as *Preleções* estavam sendo gestadas, já que pelas indicações que temos elas teriam tido o seu início em 26 de abril de 1813, ou ainda, as sociedades científicas e literárias existentes no Rio de Janeiro, tal como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, no final do século XVIII, localizada no andar térreo da casa do poeta, tendo por objetivo a troca de conhecimentos entre seus associados, e na qual buscou integrar a literatura à política? E é oportuno sublinhar que Silva Alvarenga também participou como autor em *O Patriota*, tendo falecido em 1814. Sobre esta questão, cf. CÂNDIDO, 1976, p.78, MORAES AUGUSTO, 2012/2013, p. 126-128.

²¹ Como a seção ‘Gramática Filosófica’ vem na sequência da seção ‘Literatura’, e como naquela altura a ‘gramática filosófica’ era considerada como parte da ‘literatura’, as relações entre ambas parecem-nos conter certa ambiguidade; e como a seção ‘Gramática Filosófica’ só aparecerá em dois números d’*O Patriota* – nas S1, 4, IV, 1813 e S1, 5, V, 1813 –, e a de Literatura em quase todos os números – exceto no número S3, 4,VII-VIII,1814 –, é consequente pensarmos que ela estava diretamente articulada ao projeto silvestriano das *Preleções*, uma vez que ganha a explicitação de que seu autor dedica-se à “filosofia das línguas”, delimitando, de certo modo, uma primeira distinção entre ‘filologia’ e ‘filosofia’.

estabelecerá as ‘categorias’ gramaticais que compõem a língua e conseqüentemente subjazem aos discursos, será chamado por S.P.F. de “filosofia das línguas” (S1, 4, IV, 21, 1813).

Apresentando uma classificação pormenorizada das sílabas e das palavras, numeradas no gráfico e em seguida pela remissão desses números, e explicitadas no texto, definirá agora as sílabas como sendo compostas de vogais e consoantes, dividindo-se, as primeiras, em simples e ditongos, e, as segundas, em figurativas e adicionais – guturais: h, ch, gh, g, k; palatinas: ill, j, ll, gn; maxilares: j, x, tx, dj, sh, s, n, l, r, rr; dentais: dz, tz, ss, th, ç, d, t; labiais: b, p m, w, ph; labio-dentais: f, v –, que podem ser simples ou compostas, sendo figurativas as consoantes, simples ou compostas (S1, 4, IV, 23, 1813), que precedem, em uma palavra simples, a uma vogal; as consoantes “que se seguem até a figurativa da vogal seguinte, chamam-se adicionais” (Cf. S1, 4, IV, 25, 1813).

Por outro lado, as palavras serão divididas em 6 classes: verbo, nome – substantivo e adjetivo –, advérbio, conjunção, preposição e interjeição, que serão assim definidas:

[i] Verbo são aquelas “palavras, que afirmam ou negam a existência real, ou hipotética do significado, em tempo determinado ou indeterminado”; e podem ser, em função do fato expresso pelo verbo, ativo ou “transeunte”. Chama-se “ativo” o verbo que exprime um fato “como razão de outro fato”, (ex. “Firo”) ; e “traseunte” se o efeito da ação verbal da qual “esse fato é razão, se verifica em outro sujeito” (ex. “Cortei”), mas, se a ação se exprime no mesmo sujeito, “chama-se intranseunte” (ex. “Cubro-me”), e, “se o fato, que o verbo exprime, se considera como efeito, chama-se o verbo passivo” (ex. “Foi ferido”); e, se a ação verbal não é considerada “nem como razão, nem como efeito; mas como um simples estado do sujeito”, diz-se que o verbo é “neutro”.

[ii] Nomes são aquelas palavras que “se denotam qualidades comuns a muitos indivíduos, chamam-se Apelativos (ex. “Animal, Ferro”)” e podem expressar de modo absoluto ou relativo, quantidade, qualidade, lugar, tempo, causa, razão, motivo, ocasião, modo, instrumento matéria e efeito. Os demais nomes “são chamados de próprios”(ex. “Pedro, Roma”). Os nomes podem ser:

[ii.i] substantivos, que são aquelas palavras usadas para “designar o agente da significação de algum verbo”, dos quais Pinheiro Ferreira dará como exemplos: homem, corpo, alma, entendimento, virtude, vício, e força. (Cf. S1, 4, IV, 26, 1813);

e,

[ii.ii] adjetivos, que são aquelas palavras “que só servem a especializar os Substantivos”, e são exemplificados com: grande, honrado, feliz. (Cf. S1, 4, IV, 26, 1813);

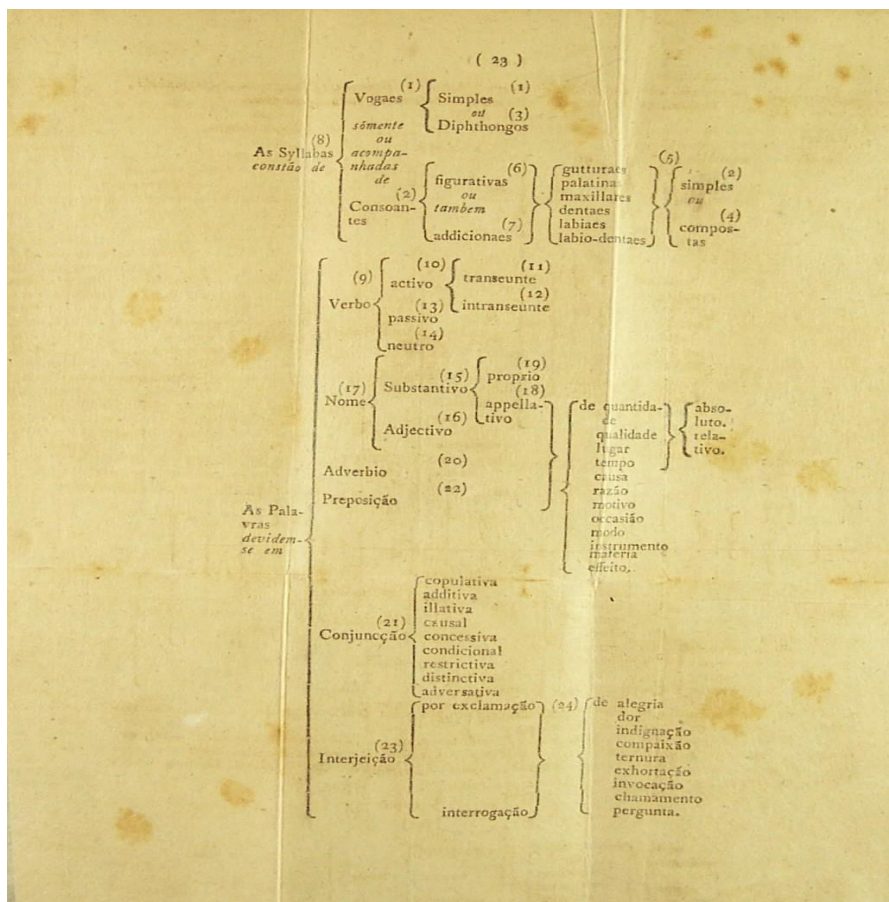
[iii] Advérbios são “as palavras, que se empregam para especializar a significação de algum verbo, ou de algum adjetivo”;

[iv] Conjunções são aqueles termos “unicamente destinados a estabelecerem a relação de diferentes frases, e também às vezes as de diferentes partes de uma mesma frase entre si”, e podem ser: copulativa, aditiva, ilativa, causal, concessiva, condicional, restritiva, distintiva, e, adversativa;

[v] Preposições são aqueles termos usados “para estabelecer a relação de algumas palavras de uma mesma frase entre si”;

e, finalmente, as

[vi] Interjeições, definidas como “aquelas, que, não significando nada, ou que além da sua significação, exprimem só pelo tom com que se pronunciam, o sentimento da pessoa, que delas se serve”, e podem ser interrogativas, se supõem uma resposta; se não, são chamadas de exclamativas, variando em ambas as possibilidades a expressão de sentimentos de alegria, dor, indignação, compaixão, tenura, exortação, invocação, chamamento e pergunta. (Cf. S1, 4, IV, 23-26, 1813)



Quadro classificatório das sílabas e das palavras proposto por SPF em sua Gramática Filosófica. *O Patriota*, S1, 4, IV, 23, 1813. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

Ferreira, em 1783, onde a ‘gramática filosófica’ é definida como sendo uma

“[...] coleção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons, que comunicam aos outros os nossos conceitos [...]. Começaram os homens a traficar; e comunicar-se mais, e mais; e para este fim inventaram cópia de sons. Destes, e dos inatos derivaram outros: e determinando as leis de os colocar vieram desta sorte a ter uma perfeita língua de comunicação, cujo arrazoado, ou discurso regulamentado, se chama Gramatica Filosófica. Daqui se segue 1. que os sons regulados são, o objeto, e partes da Gramatica Filosófica: 2. que o seu fim é a comunicação, que por estes sons se alcança: 3. que a sua necessidade é igual a da sociedade recíproca: 4. que sua antiguidade é coeva a nossos primeiros pais”²³

Ou, como assinala Jerônimo Soares Barbosa, na Introdução de sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, escrita em Coimbra, em 1803, e só publicada em 1822:

“Toda gramática é um sistema metódico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e fatos das línguas. Se estas regras e observações tem por objeto tão somente os usos e fatos de uma língua particular, a gramática será também *particular*. Se elas porém abrangem os usos e fatos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos, a sua gramática será geral. Uma e outra pode ser, ou somente prática e rudimentar ou filosófica e razoada. [...]

Porém se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis físicas do som e do movimento dos corpos orgânicos, o mecanismo das formação da linguagem, e nas leis psicológicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e nunciação do pensamento, então o sistema que d’aqui resulta, não é já uma Gramática puramente prática, mas científica e filosófica. [...] Que por isso a gramática foi sempre reputada da lógica, pela íntima conexão que as operações do nosso espírito tem os sinais que as exprimem. E esta é a razão por que os antigos filósofos, e os estoicos principalmente se faziam cargo d’ela nos seus tratados de filosofia, como Protágoras, Platão, Aristóteles, Teodetes, Diógenes, Crisipo, Palemon e outros, sobre os quais se pode ver Laercio nas suas vidas e Quintiliano *Inst. Orat.*, I,6.”²⁴

Mas, nesse contexto gramatical, não podemos também esquecer a formação oratorina de Silvestre Pinheiro Ferreira e a importância de *O verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney, no contexto do iluminismo português, no qual a gramática, tema da 1ª Carta dentre as 16 Cartas que compõem o método, é apresentada como “a porta dos outros estudos”.²⁵ A influência

²³ Cf. BACELAR, 1783, p. 2-3. Com o mesmo título de ‘gramática filosófica’ temos ainda a de Couto e Melo, publicada em Lisboa, pela Impressão Régia, em 1818; e, a de Jerônimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou Principios de Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*, publicada em Lisboa, em 1822, pela Typographia da Real Academia das Sciencias.

²⁴ BARBOSA, 1822, p. XI-XII.

²⁵ Cf. VERNEY, 1747, p. 4. Silvestre Pinheiro Ferreira ingressou na Congregação do Oratório em 1783, aos 14 anos de idade, com intenção de seguir a vida eclesiástica, e onde concluiu o curso de Humanidades. Mas, como indicam seus biógrafos, apesar de ter sido aluno de grande brilho, acabou por polemizar com Padre Teodoro de Almeida, o que deu início a uma perseguição que terminou com a sua saída da Congregação e a renúncia à vida clerical, voltando-se, então, para o ensino leigo, tendo ministrado durante algum tempo aulas particulares de filosofia em Lisboa, até ser aprovado, por concurso, em 1794, para lente substituto na cadeira de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

Em Coimbra, entretanto, Pinheiro Ferreira ficará pouco tempo, pois, em função de suas críticas a Verney e Genovesi, será mais uma vez perseguido e acusado de “jacobinismo”, fugindo para a França, em julho de 1797, a bordo de um navio holandês que deveria passar por aquele país. Todavia, seu roteiro será alterado, tendo

do iluminismo português, sua expressão nas ‘gramáticas filosóficas’ e na extensão relacional entre a “arte de falar” e a “arte de pensar”, estará, marcadamente, presente nas *Preleções Filosóficas*, onde reencontraremos a classificação e a definição das palavras, apresentadas em *O Patriota*, e que compõem, na sequência, os seus comentários às *Categorias* de Aristóteles²⁶.

Sob esse aspecto, é interessante observar, ainda, que as *Preleções Filosóficas* serão anunciadas e divulgadas, pela redação d’*O Patriota*, no mesmo número no qual Pinheiro Ferreira publica sua carta ao jornal explicitando as observações acerca das sílabas, que havia sido apresentada de modo incompleto no primeiro número do jornal, isto é, sem o título de “gramática filosófica” e sem o reconhecimento de que seu autor é versado em questões relativas à “filosofia das línguas”

– agora explicitadas em termos de uma “gramática filosófica” –, portanto, a carta publicada no número 4, de abril de 1813, alarga os significados anteriores e reafirma a proximidade entre o projeto do jornal e o projeto das *Preleções Filosóficas*, e, a divulgação aí feita, parece, vem ratificar integralmente nossa hipótese: a política, tal como as sílabas, ganha ‘substancialidade’ nas articulações de afinidade e repleção que, por sua vez, possibilitam não só os ‘discursos’, mas, também, a própria ‘ação política’, o que seria, posteriormente, confirmado pelo grande projeto exposto na 30ª *Preleção*.

Assim, dizendo-se sem notícias modernas da Europa, o Redator do jornal afirmará ter a oportunidade de ocupar-se de uma notícia deveras interessante, pois, em lugar de “aterrar a humanidade, como as sanguinárias guerras, fazem o seu mais belo ornato, e concorrem diretamente a sua felicidade”. Trata-se, pois, da notícia de abertura, em 1 de abril de 1813, da Academia Real Militar, com Aulas de Astronomia, Geodesia, Tática, Física e Química, proporcionando, assim, o “aumento das luzes”, trazidas por “instituições úteis”, oferecidas à educação militar, e, depois de descrever todo o currículo que lá será estudado, o Redator do jornal informará aos seus leitores sobre as *Preleções Filosóficas* de Silvestre Pinheiro Ferreira, acrescentando:

“A este Régio estabelecimento [a Academia Real Militar] tenho a satisfação de ajuntar o utilissimo Plano de Preleções Filosóficas de um homem de conhecido saber, e da mais bem merecida reputação. É escusado pronunciar sobre a sua utilidade, quando sobra a sua mesma exposição. Além da manifesta necessidade das matérias, que se vão explicar, brilha no Plano que se segue aquele espírito de método que é só produzido por uma

desembarcado em Dover, e permanecido em Londres até conseguir recursos para chegar à Holanda, onde se encontrou com o futuro Conde da Barca – que terá importância capital na estada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro –, então Ministro de Portugal em Haia, que o acolheu. E, sob a proteção deste, foi nomeado interinamente secretário da Embaixada Portuguesa em Paris, e, em 1798, secretário da Legação Portuguesa na Holanda, tendo ainda acompanhado o Conde da Barca “em uma viagem de instrução ao Norte da Alemanha, regressando ambos a Lisboa em 1802” (Cf. SILVA, 1862, p. 261-269 e LIMA, 2006, p. 344).

²⁶ Cf. *Preleção Filosóficas*, §235-251. Se formos também conferir no “Índice não só destinado a indicar os lugares destas vinte e duas primeiras Preleções em que se trata das diferentes matérias, mas a dar uma idéia resumida delas e mesmo a corrigir e suprir alguns descuidos, em que se advertiu ulteriormente”, encontraremos todos os termos da gramática filosófica d’*O Patriota*, igualmente definidos e com a indicação dos parágrafos em que são tratados.

madura meditação sobre as matérias, que tem já feito o objeto de um sério e acurado estudo.

O Curso de Preleções Filosóficas terá por objeto:

1º A Teórica do Discurso e da Linguagem: em que se exporão os Princípios da Lógica, da Gramática geral, e da Retórica.

2º O Tratado das Paixões: primeiramente consideradas como simples sensações, e versando sobre matérias de Gosto; donde se deduzirão as regras da Estética, ou da Teórica da Eloquência, da Poesia, e das Belas Artes: depois consideradas, como atos morais, compreendidos nas ideias de Virtude ou de Vício, darão lugar a desenvolverem-se as maximas da Diceósina, que abrangerá a Ética e o Direito Natural.

3º O Sistema do Mundo: em que depois de se tratar das propriedades gerais dos Entes, ou da Ontologia, e da Nomenclatura das Ciências físicas e matemáticas, se expenderão as noções elementares da Cosmologia: e destas se deduzirão as relações Entes criados com o Criador, ou os Princípios da Teologia Natural.

Além da Exposição de Teórica, haverá em cada uma das Preleções lição e análise de alguma Obra escolhida dos principais Filósofos, Oradores e Poetas, assim antigos como modernos, sagrados e profanos.

No dia 26 do corrente recitou o Sábio Professor um eloquente discurso sobre as matérias acima enunciadas, onde brilharam os princípios filosóficos que o distinguem, e prorrogou as suas Preleções para o dia 18 de Maio.” (S1, 4, IV, 92-93, 1813, grifos nossos).

Visto sob essa ótica, não parece difícil inferir que temos claramente articuladas as ‘categorias’ da língua que irão gerir o que será definido nas *Preleções Filosóficas*, como a “arte de falar” e sua conjugação imediata com a “arte de pensar”²⁷, aí incluídas a tradução e a análise das obras de diferentes autores, como ‘procedimento filosófico’ que também compõe o aprendizado e o exercício da “arte de falar” com a “arte de pensar”. Ora, se nos voltarmos, rapidamente, para o outro texto de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicado no volume 1 da Segunda Subscrição d’*O Patriota*, em julho de 1813, “*Memória sobre um novo princípio da Teórica do Calórico*”, veremos que “a arte de pensar” será exemplificada com um ‘caso científico’, e que, tal como as ‘categorias’ que sustentam a língua que compõe a “arte de falar”, elucidam, também, as teses apresentadas na “Introdução” do primeiro número do jornal.

Nesse sentido, ao escolher o fenômeno da “explosão da pólvora”, Silvestre Pinheiro Ferreira, afirma que quando um fenômeno, apesar de todos os esforços, não pode ser reduzido a nenhum dos princípios constitutivos da Teórica da Ciência a qual ele pertence, pois isto implicaria na inferência de que a Teoria, mesmo não sendo falsa, “é defeituosa em seus princípios”, e ainda que, se este fenômeno não puder ser reduzido a nenhum dos princípios de sua teórica, ou mesmo mostrar-se contrário a alguns desses princípios, pois isto significaria que este “princípio ou é hipotético ou tem sido demasiadamente generalizado”, fica demonstrado que o fenômeno da explosão da pólvora é, exatamente, o princípio mais importante na “teórica do calórico”:

²⁷ Cf. *Preleções Filosóficas*, §1-8.

“[...] se observarmos que na explosão da pólvora há desenvolvimento de calórico, entretanto que os elementos da mesma pólvora passam do estado de solidez, em que se achavam, ao estado gasoso, mediante a explosão.

É verdade que o imortal Lavoisier, tendo em vista este mesmo fenômeno, supos que o ácido azótico [o ácido nítrico] fixando-se na sua combinação com a potassa, para a formação do nitro (um dos princípios ingredientes da pólvora) conserva a maior parte do calórico, que continha no seu precedente estado gasoso.

Mas esta suposição de Lavoisier, além de não ser fundada em nenhum outro fato, senão aquele mesmo que por ele se pretende explicar, é incompatível com a Teórica, tal como ela nos tem sido ensinada até o presente.” (S2, 1, VII, 3-4, 1813).

Mas, a questão comporta, ainda segundo Pinheiro Ferreira, o problema relativo à compreensão do “princípio” na passagem do ácido sólido ao gasoso na explosão da pólvora, pois, tal como posto por Lavoisier – “há desenvolvimento do calórico, e que os elementos da mesma pólvora (corpo sólido) passando do estado de solidez em que se encontravam, para o estado gasoso” com a explosão –, não soluciona o problema, pois, “não só não tomam dos corpos ambientes calórico, fazendo com que eles esfriem; mas antes perdem uma tão considerável porção dele, que se manifesta na calorificação excessiva de tudo o que os cerca até uma notável distância”. Daí, a tentativa silvestriana de tornar o “fenômeno da explosão da pólvora” compatível com os princípios da conhecida e “aliás incontestável teórica do calórico”. (S2, 1, VII, 4-5, 1813)

Para fazer tal demonstração, Silvestre Pinheiro Ferreira partirá da ‘teoria da definição’ que, nessa altura, julho de 1813, já fora exposta nas suas *Preleções Filosóficas*, iniciadas em 26 de abril, como sendo parte do processo de ‘entendimento’ entre um homem que fala e outro que escuta, o que suscita ideias no ânimo de cada um deles, e, quanto maior forem as ideias comuns, maior será o entendimento que se faz ao se dizer o que se entende por uma determinada expressão que é desconhecida: “diz-lhe, refere-lhe, enumera-lhe as ideias que nele mesmo costuma suscitar aquela expressão, quando a ouve em semelhantes circunstâncias”, este expediente, dirá Silvestre Pinheiro Ferreira, “chama-se *definir*”, e, por isso, poderá concluir em seguida: “*definir uma expressão é, enumerar as ideias comuns, que ela costuma suscitar em todos os que dela se servem em semelhante caso*”.²⁸ E que, conforme é exposta em nota de rodapé ao texto de sua *Memória*, consiste no processo de enumerar ideias, despertadas “no ânimo de todos que delas se servem”, sendo, portanto, necessário para definirmos uma palavra, “analisar o que se passa no espírito daqueles que dela se servem”, donde podemos, ainda, inferir que “para uma mesma expressão, se podem fazer muitas análises; muitas podem ser as definições: cada uma mais ou menos perfeita, segundo que a análise for mais ou menos bem feita”. (S2, 1, VII, 5, 1813).

Desse modo, o calórico será, então, definido como algo que é entendido por “todos os químicos”, como “uma substância, cujas partes exercitam todas, umas sobre as outras, uma

²⁸Cf. *Preleções Filosóficas*, §34-35.

repulsão indefinida”, e donde devemos “deduzir todos os princípios, tanto os já conhecidos como os adicionais”, que ele pensava faltarem à Teórica do Calórico, e “como todos concordam que o calórico dilata os corpos”, este é o sentido da definição. E remetendo a nota de radapé (1), na página 5, àqueles químicos que negam ser o calórico uma substância, Pinheiro Ferreira, afirmará, ainda,

“Poderia parecer que desta generalidade deveriam exceptuar-se aqueles Químicos, que negam a existência de uma substância, a que só haja de dar o nome de Calórico: e na sua opinião esta palavra, bem como na opinião de todos a palavra atração, nada mais significa, do que um simples fato; isto é a dilatação dos corpos, que se dizem calefatos. Seria impróprio deste lugar o fazer ver que semelhante discrepancia deriva unicamente da errada definição, que vulgarmente corre da palavra substância, pois que partindo da verdadeira definição, desaparecem, tanto esta, quanto inúmeras outras questões, sobre serem as coisas, de que se trata, substâncias ou meras quantidades. Em umas Preleções Filosóficas, que faço atualmente imprimir, trato circunstanciadamente esta matéria.” (S2, 1, VII, 5-6, 1813).

Portanto, admitindo-se tal definição, os corpos, na medida em que se aproximam do mínimo da “afinidade de agregação, se aproximam igualmente da afinidade de combinação”, donde, concluirá Pinheiro Ferreira que a primeira consequência derivada da definição dada é que “uma substância deve possuir a máxima afinidade de combinação para com todos e quaisquer corpos que se acharem em sua esfera de atividade.” (S2, 1, VII, 6, 1813).

Por outro lado, se considerarmos que a afinidade de agregação das partes de um corpo entre si, difere da que existe entre as partes de outro corpo, “segue-se que a afinidade de combinação do calórico deve ser diferente para os diferentes corpos”, e, independentemente de sua combinação com qualquer corpo, a força repulsiva das partes do mesmo calórico entre si há de ser aniquilada no todo ou em parte pela força de atração que existe entre as partes do corpo, com o qual ele estiver combinado. Se cada uma das partes de um corpo está reunida a todas as outras pela força da atração, essa “deve crescer na razão direta do número das partes componentes”, donde segue-se que a soma das forças atrativas em um número qualquer de partes é menor quando elas estão separadas do que quando estavam unidas, pois, “que depois de separadas não existem senão as forças, que reúnem partículas de segunda ordem”, enquanto, quando estão juntas, existem também as partes que destas se compõem e se exercitam entre si.

Assim, quanto maior for uma força atrativa, tanto maior será a força repulsiva, que com ela terá de equilibrar-se, logo, dirá Silvestre Pinheiro Ferreira, “se as partes de um corpo reunidas tem maior soma de forças atrativas, do que separadas, hão de poder aniquilar no seu estado de reunião uma maior soma de forças repulsivas, ou hão de precisar de uma maior quantidade de Calórico para a sua saturação, do que estando separadas”. A conclusão silvestriana será, então, a de que, quando as partes de um corpo se separam:

“[...] uma porção de Calórico, até agora retida pela força de atração, que perece pela simples fratura do corpo, obedecerá à força repulsiva das outras partes do mesmo Calórico, que ainda ficam combinadas com o corpo; e por conseguinte a aquecer todos os corpos ambientes.

Não é pois unicamente pela *solidificação* que se desenvolve Calórico livre, como até ao presente se tem ensinado. Há, além deste, outro princípio de desenvolvimento de Calórico, que é a *pulverização*, como acabo de demonstrar.

Façamos aplicação deste novo princípio ao fenômeno da explosão da pólvora, de que falamos ao princípio desta Memória. (S2, 1, VII, 7-8, 1813).

Ora, se nos voltássemos agora para o projeto d’*O Patriota* apresentado na Introdução do primeiro número, de janeiro de 1813, citado anteriormente, poderíamos confirmar que o autor desse texto mesclou muito habilmente, e de modo muito próximo às teses apresentadas por Pinheiro Ferreira publicadas em diferentes subscrições do próprio jornal, a “invenção das letras” com o “progresso das Ciências e das Artes”; a ação ‘calórica’ dos raios de sol que “dispersos aquecem os corpos duros, juntos em um foco derretem os mais duros metais”; a proposta dos sábios de “lançarem reciprocamente suas luzes para que da união delas resultasse aquele intenso calor, que vencesse a frieza da preguiça e a dureza da ignorância”, ao projeto (contrário ao que havia sido o projeto primeiro, e, de certo modo, precário e fracassado, de colonização do Brasil) de ‘politização’ de uma ‘terra’, agora entendida como ‘pátria’, e outrora precariamente colonizada, e que, para não se perder, deveria assumir sua condição política, seja com a criação de um novo princípio de cidadania e de uma nova ‘forma constitucional’ capaz de garantir essas mudanças a partir de um programa ‘filosoficamente’ estruturado:

“Assim depois de vos ter dado em outras partes as definições do Bom e do Mau: do Justo e do Injusto: do vício e da virtude, farei da Diceosina, ou do Tratado dos Direitos e Deveres do Homem e do Cidadão, dos Estados e das Sociedades, o objeto de uma série de Preleções, que se bem serão interpoladas com outras de diferente assunto, formarão entre si um corpo seguido de doutrina, que corresponderá, senão no desempenho, ao menos no seguimento, aos desejos, que me haveis testemunhado.”²⁹

Ou seja, um projeto de nação cujo suporte seria o ‘processo’ no qual a literatura (no sentido largo a ela atribuído no século XIX) e a ciência produziram a base substancial da ideia de nação, acrescida de um adjetivo que apontava para o *tópos* pátrio, isto é, para o solo que deverá ser chamado de ‘brasileiro’.

Assim, ao retomar a tese de Lavoisier sobre o calórico, a intenção de Pinheiro Ferreira será: [i] explicitar um procedimento ‘metódico’ que já está sendo utilizado em suas *Preleções Filosóficas*, [ii] demonstrar como alguns impasses da “Teórica das Ciências” podem ser superados a partir da “Teoria da definição”, que, igualmente, está sendo exposta em suas *Preleções*, e afirmar que, [iii] as condições [i] e [ii] estão, por sua vez, articuladas com a “correta” definição de

²⁹ Cf. *Preleções Filosóficas*, §976.

‘substância’³⁰ (Cf. S2, 1, I, 3-7, 1813), e que, interpretadas à luz das *Categorias* de Aristóteles, como veremos em seguida, são as chaves interlocutórias das *Preleções Filosóficas*, cujas ‘luzes’ atingirão, também, o modelo a partir do qual Pinheiro Ferreira irá estruturar o projeto político apresentado a D. João VI, em suas *Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*, e dará a medida do modo como uma “nação se civiliza”, ou seja, o modelo que os portugueses deveriam seguir na construção do Império do Brasil – antes que “este nascente Império do Brasil” que “já luta com as ânsias de uma infalível morte, se a mão de V. A. R., por alguns poucos instantes poderosa, não acode a salvá-lo”³¹ –, ou aquele modo ao qual os ‘brasileiros’ deveriam ter em conta, a partir de 1822, para construírem o seu ‘Império do Brasil’. Portanto, o que pretendemos mostrar, já nessa primeira versão do pensamento de Pinheiro Ferreira, exposto no Brasil em suas *Preleções Filosóficas* e em *O Patriota*, é que a presença do pensamento antigo não se configura apenas como uma “legitimação de autoridade como sinal de controle de uma certa erudição”³², e, também, como “emulação para o presente com vistas ao futuro”³³, mas, como o esforço de pensar a ‘gênese de uma nação’ (ou, para usarmos o ‘vocabulário’ caro ao jornal, de uma ‘pátria’) e de alicerçar esse nascimento em uma forma de pensamento já estabelecida na tradição ocidental: o pensamento grego. A originalidade da leitura e da interpretação do pensamento antigo proposta por Pinheiro Ferreira está, acreditamos, no fato dessa hermenêutica tentar afastar-se das leituras religiosas – seja ela, a dos jesuítas ou dos oratorianos e que lhe foram contemporâneas –, buscando dela extrair uma nova compreensão para uma nova temporalidade (a migração da Corte portuguesa para o Brasil e as mudanças políticas daí advindas), sem

³⁰ Para a discussão acerca do problema da ‘substância’, veja-se *Preleções Filosóficas*, §43, §71-106, onde na base da discussão silvestriana estará a tradução de οὐσία por “essência” e não por ‘substancia’, no passo 2a11, das *Categorias* de Aristóteles, tal como na tradução latina aposta ao texto grego na edição de Isaac Casaubon, utilizada por Silvestre Pinheiro Ferreira em sua tradução: Οὐσία δὲ ἐστίν, ἡ κυριώτατά τε καὶ πρῶτως καὶ μάλιστα λεγομένη, ἢ μήτε καθ’ ὑποκειμένου τινὸς λέγεται, μήτε ἐν ὑποκειμένῳ τινί ἐστιν: “Primitiva e principalmente chama-se essência primária àquela, que nem se diz de nenhum | objeto, nem está em nenhum objeto.” (Cf. Aristóteles 1814: A.15; E.15, grifos nossos. A referência à tradução das *Categorias* será feita de acordo com a edição de Pinheiro Ferreira, que, propondo uma numeração própria, divide o texto em duas classes numeradas, os Aforismos e as Explicações, aqui indicadas por A. e o número dado ao Aforismo, e, pelo E. e o número dado a Explicação). Talvez por isso tenha Pinheiro Ferreira, no §80 das *Preleções Filosóficas*, chamado a atenção de seus leitores para a “extraordinária e perniciososa confusão que os Filósofos têm feito das palavras que acabamos de definir: e por essa razão julgo dever fixar mais no vosso espírito as verdadeiras noções delas, confrontando debaixo de um só golpe de vista o conteúdo destes últimos três parágrafos.

Devemos portanto não perder jamais de vista, que a palavra *corpo* designa a reunião de algumas, ou de todas as qualidades referidas no §.43, ou sós, ou juntas a algumas outras, segundo o caso de que se trata.

Já por substância entende-se somente o complexo daquelas qualidades que se observam em qualquer estado possível. Por *essência*, porém unicamente o complexo daquelas qualidades atuais, a quem compete o epíteto de essenciais”. (§.72). Cf. também o comentário acerca das definições de ‘essência’ e ‘substância’, em Aristóteles, na 29ª *Preleção*.

³¹ FERREIRA, 1814(a).

³² Cf. GUIMARÃES, 2007, p.75.

³³ Idem, *ibidem*.

entretanto, desconectar tal interpretação de suas raízes onde reside o fundamento do seu modo de ser e justifica o processo de ‘transmigração de ideias’ na construção da vida política.

1.2 As Preleções Filosóficas e o modo como as nações se civilizam

No ambiente eclesiástico no qual a filosofia foi sempre ensinada no Brasil Colônia³⁴, as *Preleções Filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, são, efetivamente, uma conquista advinda da chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808, e que, acreditamos, deve ser, em primeiro lugar, compreendida no âmbito das mudanças introduzidas por D. João VI, e, dentre elas, a formação de uma Biblioteca Pública, a instauração das escolas profissionais – a Escola de Medicina, na Bahia, e a Escola Médico-Cirúrgica, no Rio de Janeiro –, a Real Academia Militar, o Horto Botânico, a Academia de Belas Artes, o Museu Nacional, a Aula Régia de Economia, o projeto do Instituto Acadêmico, e a instalação da Imprensa Régia que começa a funcionar ainda em 1808, portanto, em meio ao processo de montagem do Estado que daria ao Brasil o estatuto político de Reino, para, alguns anos mais à frente, estruturar as bases de um Império.

As *Preleções Filosóficas* foram proferidas no Real Colégio de São Joaquim,³⁵ e, embora as datas de início e fim não tenham sido claramente definidas pelos historiadores, temos notícia, pelo anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 13 de abril de 1813, do programa e do seu início no dia 26 de abril, acrescentando-se, ainda, que aqueles que “quiserem subscrever para estas Preleções, que serão nas segundas, quartas e sextas feiras pelas 5 horas da tarde, dirigir-se-ão ao Reverendo Reitor do mesmo Colégio de S. Joaquim”, e que a “subscrição é de meia dobra ao mês”; bem como, a informação veiculada pelo *O patriota*, na S1,4,IV,92-93, 1813, de que no dia 26 de abril Pinheiro Ferreira teria feito sua primeira *Preleção*, e que as teria prorrogado até o dia 18 de maio: “No dia 26 do corrente recitou o Sábio Professor um eloquente discurso sobre as matérias acima enunciadas, onde brilharam os princípios filosóficos que o distinguem, e prorrogou as suas Preleções para o dia 18 de Maio”.

Quanto ao seu término, as datas são também controversas, mas é quase certo que tenham se prolongado, no mínimo, até o final de 1815, como sugere Antonio Paim, na introdução da edição por ele organizada das *Preleções Filosóficas*³⁶, ou como podemos inferir, a partir da

³⁴ Antes da vinda de D. João VI, e após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, o estudo da filosofia entre nós ficaria quase inteiramente restrito aos Seminários Religiosos, que nem sempre adequaram seu ensino às normas pombalinas; e as denúncias feitas pelos Professores Régios nomeados parecem sublinhar a influência do ensino religioso, quando relatam que ensinavam ao público a filosofia proscrita pela reforma, “em umas apostilas peripatéticas cheias de questões escuras e inúteis que servem de arruinar e fazer perder o gosto aos bons estudos”. *Apud* SUCUPIRA, 1976, p. 360. Cf. também a polêmica entre os professores régios de latim nomeados para Pernambuco apresentado no Apêndice do livro de Laerte Ramos de Carvalho, *As reformas pombalinas da instrução pública*, 1978, p. 193-229.

³⁵ Que se transformaria posteriormente no Colégio Pedro II.

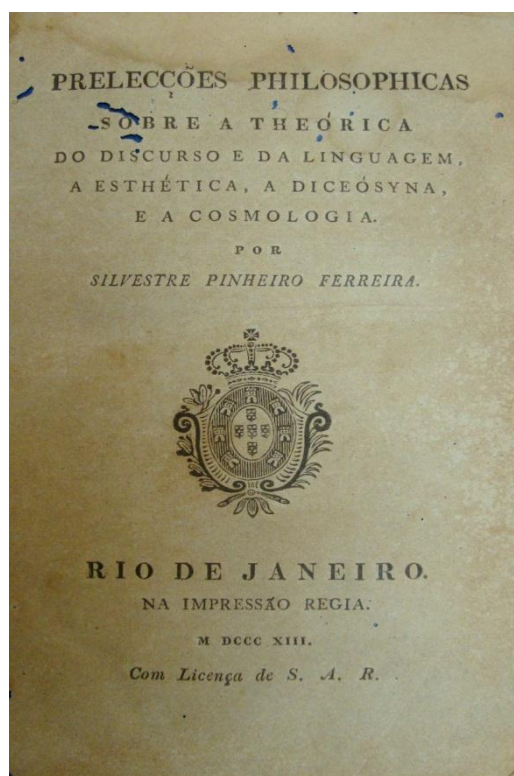
³⁶ Cf. PAIM, 1970, p. 7.

informação que nos é dada por Luis Joaquim dos Santos Marrocos, em Carta de 23 de fevereiro de 1816, onde em uma de suas caústicas referências a Pinheiro Ferreira afirma:

“Silvestre Pinheiro, no tempo em que esteve suspenso de seus lugares, ocupou-se em ensinar Filosofia por um método mui amplo e générico, que abrangia todos os seus ramos: julgo que suas intenções lhe saíram difíceis na prática, do que havia concebido, porque enfim são proposições à Francesa. Tem publicado alguns folhetos de suas Preleções e não sei se ainda continuará, de cuja Coleção remeterei a V. M. um exemplar, como me recomenda; e na introdução se conhece a verdade do que digo acima.”³⁷

Se for correto o que diz Marrocos, as *Preleções* teriam sido ministrada até 1815, quando Pinheiro Ferreira passa a integrar a Direção da Real Tipografia.

Quanto a sua publicação em fascículos, pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, a partir de 1813,



Folha-de-rosto das *Preleções Filosóficas*
(Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

³⁷ Luis Joaquim dos Santos Marrocos chegou ao Rio de Janeiro em 1811, juntamente com a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca. Em Lisboa, havia servido como ajudante das Reais Bibliotecas, desde 1802, e, no Rio de Janeiro, serviu na Real Biblioteca, trabalhando junto ao Padre Joaquim Damásio e, em setembro de 1811, foi nomeado pelo Príncipe Regente responsável pelo “arranjo e conservação dos Manuscritos da Coroa, que S. A. R. determinava permanecessem junto à sua pessoa, e dos mais papéis que ordenasse para o futuro”. (Garcia 1934: 9). Suas cartas à família, escritas entre 1811-1821, estão arquivadas na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e foram editadas por Rodolfo Garcia, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 56, de 1934, a partir de cópias autênticas, obtidas pela intervenção de Luiz Edmundo.

As cartas também foram parcialmente reeditadas nos Cadernos da Biblioteca Nacional, v. 4, com o título *O Bibliotecário do Rei* – Trechos selecionados das cartas de Luis Joaquim dos Santos Marrocos, no Rio de Janeiro, em 2007.

Cf. Carta 98, da edição de Rodolfo Garcia, 1934, p.266-267. Os grifos são nossos.

a carta de Marrocos parece também confirmar, bem como, a mesma *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 28 de agosto de 1813, noticia a publicação da Primeira Preleção, que poderia ser comprada por 200\$00, na loja da Gazeta e na de Francisco Luiz Saturnino. Uma outra indicação que nos permite inferir a publicação seriada está na “Advertência” que aparece logo após a folha de rosto da tradução das *Categorias*: “Uma das partes mais essenciais do Curso de Preleções Filosóficas, que estou atualmente publicando...”. Ou, ainda, a nota em *O Patriota*, S2, 3, IX, 1813, anunciando as obras publicadas, em agosto de 1813, na Corte, nos fala da publicação das *Preleções Filosóficas*, e, pelo resumo ali apresentado, parece referir-se à publicação da 1ª *Preleção*:

“Obras publicadas nesta Corte no mês de Agosto.

Preleções Filosóficas sobre a teórica do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia. Por Silvestre Pinheiro Ferreira.

O A., cujos talentos são tão justamente acreditados, dá primeiro uma ideia geral da Obra, reduzindo a três objetos das suas Preleções, a saber, a teórica do Discurso e Linguagem, o tratado das paixões, e o sistema do Mundo: no 1º expõe os princípios da Lógica, da Gramática Geral e da Retórica; no 2º considera as paixões ou como simples sensações, ou como atos morais: da primeira consideração nascem a Estética, a Poesia, e as Belas Artes, e a segunda produz a Diceósina: debaixo da denominação da Cosmologia, envolve a Ontologia, e a nomenclatura das Ciências matemáticas e físicas, e daí deduz os princípios da Teologia Natural.” (S2, 3, IX, 79, 1813)

Por outro lado, o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, informa, no exemplar de outubro de 1814, o aparecimento das oito primeiras Preleções, e, no número de agosto de 1816, informa aos seus leitores as publicações da Nona à Vigésima Preleção³⁸. Parece, então, razoável a indicação de Rodolfo Garcia, na nota 45 de sua edição das Cartas de Marrocos, de que a publicação da obra foi iniciada em 1813, que em 1816 apareceu a 23ª *Preleção*, em 1818 da 26ª à 29ª *Preleção*, e, em 1820, a 30ª *Preleção*, que foi a última a ser impressa.³⁹ A versão hoje conhecida das *Preleções Filosóficas*, em um único volume, com a folha-de-rosto indicando 1813 como ano de publicação, provavelmente deve ser o resultado da encadernação de todos os fascículos “capeados” pela folha de rosto publicada com o primeiro fascículo, com o *Índice* das Vinte e duas primeiras Preleções, com a indicação de Tomo I, Parte I, acrescida de um *Suplemento*, com paginação própria, o *Índice* contido nas páginas 1 até a 89, e o *Suplemento*, nas páginas 90 até à 101.⁴⁰

³⁸ As críticas que Hipólito da Costa fará às *Preleções* serão refutadas por Silvestre Pinheiro Ferreira na Décima Oitava Preleção, a partir do § 590, o que nós permite supor que só devem ter sido redigidas no final de 1814. Observamos, entretanto, que esta informação publicada pelo *Correio Brasiliense*, em agosto de 1816, nos permite indagar se o curso não se prolongou para além de 1815.

³⁹ Cf. GARCIA 1934, p. 267.

⁴⁰ A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui parte da edição em fascículos, e uma edição quase completa, faltando apenas a 30ª *Preleção*, mas contendo o Índice e o Suplemento ao Índice, e encadernada juntamente com as *Preleções Filosóficas*, encontramos a edição de 1814, pela Impressão Régia, da tradução de Pinheiro Ferreira das *Categorias* de Aristóteles (cf. FBN - 37,0,5,N1 e FBN - 37,0,5,N2), pertencente à Coleção Benedito Ottoni, que é composta pela biblioteca de José Carlos Rodrigues, colecionador e bibliófilo que, ao ser posta à venda, foi adquirida por Júlio Benedito Ottoni, que a doou integralmente à Biblioteca Nacional, e, em 1911, foi incluída no acervo da

Ora, se seguirmos as indicações publicadas em abril de 1813, na primeira subscrição de *O Patriota*, como citado anteriormente, e, se nos ativermos às “Advertências” do autor, contidas na sequência das folhas-de-rosto das *Preleções Filosóficas* e da tradução das *Categorias*, veremos que seu projeto, além de educativo e filosófico, contém, claramente demarcada, uma estratégia política, delimitadora de um Estado e de uma nação, que deve estar subscrita na tradição do pensamento antigo, e, sob essa ótica a escolha do texto aristotélico pode ser lida em múltiplas dimensões: da crítica aos jesuítas e, de certo modo, aos oratorianos – sublinhando aí a redefinição da tradição aristotélica portuguesa –, à crítica a Arnault e à escola de Port-Royal em suas objeções ao autor das *Categorias*, e mesmo ao pensamento que lhe é contemporâneo, na segunda metade do século XVIII (na crítica a Condilac e Desttut de Tracy, por exemplo) e na primeira metade do século

XIX. Dessas críticas, nasce, acreditamos, uma leitura muito arguta do pensamento antigo, que continuará presente no processo de independência do Brasil, sobretudo no modelo político- constitucional pensado por José Bonifácio de Andrada e Silva, e que, com novas modalidades, reapareceria no governo de D.Pedro II.

A estruturação das Preleções pretende, assim, abarcar o domínio que Pinheiro Ferreira compreende como o da Filosofia – entendida por ele como sendo o estudo dos “fatos comuns a todas as Ciências⁴¹ – e de sua disposição na ordem do pensamento, observada em um contexto metódico, delimitado pelo autor na forma que se segue: [i] a teórica do discurso e da linguagem, onde serão expostos os princípios que regem a Lógica, a Gramática e a Retórica, como base do processo inteligível; [ii] o tratado das paixões consideradas primeiro como sensações, para em seguida tratar das questões relativas ao “gosto”, daí determinando as regras da estética, da

FBN. Como podemos observar nos fascículos pertencentes à FBN, a paginação dos fascículos foi progressiva, daí sua aparente natural integração em um único volume. O fascículo referente à 7ª *Preleção*, no acervo da FBN, tem início na página 73 e fim na página 90, com carimbo da Real Biblioteca nas páginas 75 e 90, o que significaria, segundo informação da Profa. Ana Virgínia Pinheiro, Chefe da Seção de Obras Raras, da FBN, o início da obra (com o carimbo da Real Biblioteca no primeiro espaço em branco depois da folha-de-rosto) e o seu fim, com o carimbo no final do texto. Portanto, parece muito provável que os fascículos assim paginados tenham sido encadernados em uma única obra, tal como podemos consultar no acervo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e no exemplar pertencente à Coleção D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, do Instituto de Estudos Românicos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na qual a edição das *Categorias* está também encadernada em conjunto com as *Preleções*.

Vale observar, ainda, que o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, possui as nove primeiras *Preleções*, com paginação progressiva e que no final da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, *Noções elementares de Filosofia geral e aplicada as ciências morais e políticas: ontologia, psicologia, ideologia*, publicada em Paris, em 1839, também pertencente ao acervo do Real Ganitete, encontramos, na enumeração das obras do autor, a indicação das *Preleções Filosóficas*, impressa no Rio de Janeiro, em 1813, 1 v. 4º, 5 fr., que também nos sugere a posterior encadernação dos fascículos com a folha-de-rosto do primeiro fascículo impresso em 1813. Outro dado que parece, também, confirmar tal sugestão é a observação manuscrita por Joaquim Vasconcelos na folha-de-rosto do exemplar da Coleção Carolina Michaelis de Vasconcelos: “Edições raras que de modo nenhum se devam emprestar”. O plural tanto pode valer para a conjunção das *Preleções Filosóficas* com a tradução das *Categorias*, quanto para o conjunto dos fascículos, e, ainda, para ambos.

⁴¹ Cf. *Preleções Filosóficas*, § 20: “Eu disse que há fatos comuns a todas as Ciências, e que estes são do alcance da Filosofia. Isto me conduz a observar que as Ciências ou têm por objeto as faculdades do Espírito, ou as propriedades dos Corpos.”

retórica, da poesia e das belas artes, que, compreendidas como “atos morais”, exigem a compreensão das ideias de virtude e vício, donde serão inferidas “as máximas da Diceósina, que abrangerá a Ética e o Direito Natural”; e, [iii] a cosmologia, o sistema do mundo, onde tratar-se-á das propriedades gerais dos entes, da nomenclatura das ciências físicas e matemáticas, e dos princípios da teologia natural.

O autor esclarecerá ainda, na apresentação da “Idéia Geral da Obra”, que, uma vez estabelecidos os necessários princípios preliminares da Teórica – o que será feito nas oito primeiras *Preleções* –, as duas outras partes mencionadas acima serão acompanhadas pela análise de “alguma obra escolhida dos principais Filósofos, Oradores e Poetas, assim antigos, como modernos, sagrados, e profanos”.⁴²

A partir da 9^a *Preleção* Silvestre Pinheiro Ferreira começará, então, seus comentários às *Categorias*, de Aristóteles, procurando, simultaneamente, demonstrar o que há de semelhante e o que há de diferente no que tange à matéria filosófica, entre sua concepção da filosofia e a daqueles “escritores que o precederam, começando pelos antigos até os modernos”.⁴³

O comentário ao texto de Aristóteles estender-se-á até à 29^a *Preleção*, para, então, na 30^a *Preleção*, dar início à discussão acerca da questão da ideia do Bom e do Mau, onde o autor descreverá o modo “como as nações se civilizam e avançam em bom gosto, podendo ao mesmo tempo crescer em forças e riqueza ou decair em desfalecimento e pobreza”, e nesse contexto, mostrará, ainda, como as relações políticas entre as nações devem se estabelecer em níveis de amizade e de comércio, delimitando os modos como essas relações devem se conformar.⁴⁴

Nesse sentido, tanto o tratado das paixões, quanto o sistema de mundo terão de ser pensados à luz da teórica do discurso e da linguagem, e se a “arte de pensar” e a “arte de falar” são indissociáveis, uma vez que,

“Todo homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto e falar com correção*. Todos precisam de conhecer o *Mundo*, tanto o *físico* como o *moral*, de que fazem parte, isto é, as Leis gerais dos corpos, que compõem o *Sistema do Mundo*; e os *Deveres* que cada um de nós, considerado como homem e como cidadão, tem para consigo mesmo para com a sociedade, e para com o *Ente Supremo*, de quem havemos recebido a existência”.⁴⁵

os verdadeiros filósofos assentam suas doutrinas sobre a compreensão de que a “teórica do raciocínio e a do discurso é inseparável da teórica da linguagem”.⁴⁶

⁴² *Preleções Filosóficas*, f.1, 1813.

⁴³ Cf. *Preleções Filosóficas*, §310.

⁴⁴ *Preleções Filosóficas*, §985 e seguintes.

⁴⁵ *Preleções Filosóficas*, §1.

⁴⁶ Cf. *Preleções Filosóficas*, §5 e 8, onde já criticando tanto a escolástica dos jesuítas – que na *Ratio Studiorum* negavam à retórica o estatuto filosófico –, quanto a crítica a Aristóteles da escola de Port-Royal, Pinheiro Ferreira afirmar: “Houve um tempo em que os Filósofos julgaram que assim como dos vestidos, com que nos cobrimos, o que os corta e cose, nada cura de saber como se tecem e urdem; [...] do mesmo modo cumpria que aquele que ensinasse a

O ‘método’ aí empregado envolve, assim, um primeiro conjunto de definições, a sua clarificação na análise do texto filosófico – no caso, as *Categorias*, de Aristóteles –, e a estratégia de sua aplicação aos diversos níveis da reflexão filosófica de tal modo que possamos compreender a filosofia como uma espécie de “gramática universal”, que nos permite o conhecimento dos princípios das ciências. Valendo, ainda, acrescentar que à essa disposição metódica o autor impõe uma apresentação didática e racional, na qual cada uma das trinta preleções está ordenada em parágrafos, apresentados em numeração progressiva e antecedidos todos pelo item “Assunto”, em cada uma delas, onde encontra-se explicitado o seu tema, o seu assunto.

Entretanto, se também levarmos em conta as palavras contidas nas “Advertências” que o autor faz aos seus leitores e ouvintes, após a folha-de-rosto da 1ª *Preleção*, veremos que essa disposição metódica parece estar incluída em um contexto que prenuncia seu projeto político de conformação de um ‘novo estado’, uma nova ‘ordem política’, ou talvez, já pudessemos sugerir, de um novo império, o “império do Brasil”, que terá sua conformação concluída anos mais tarde, em uma clara continuação da 30ª *Preleção*, nas obras *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, e, no *Manual do Cidadão em um Governo Representativo*.

Ora, se o exercício da filosofia está, para Silvestre Pinheiro Ferreira, entre os “azares da fortuna” – que marca o *tópos* político no qual ela se realiza –, e os “reveses da ventura” – que a filosofia como “profissão” e “constância sobranceira” acarretou ao longo de sua vida –, como justificativa de sua proposta das *Preleções Filosóficas*,

“Azares da fortuna, cuja relação pertence a outro lugar, me levaram a consagrar à instrução da Mocidade os momentos desocupados dos deveres próprios do Emprego, que exercito no serviço do Estado.

Era natural, que tendo de recorrer no último quartel da vida à mesma honrosa Profissão, com que nos anos da juventude abri a minha carreira no mundo literário, me valesse daquela Ciência, a quem devi sustentação, amigos, e constância sobranceira e todos os reveses da ventura.

Resolvi-me pois a anunciar nesta Corte um Curso de Preleções Filosóficas sobre a Teórica do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia.”⁴⁷

as dificuldades para a execução dessa tarefa implicam na elaboração de um “Livro elementar” que pudesse “fixar” e “recordar” nos *ânimos* de seus ouvintes o que nelas houvesse sido abordado. Daí a idéia das cópias, seja pela cópia manual dos alunos, seja pelo uso dos prelos!

Arte de pensar, ou a *Lógica*, se não intrometesse com as regras da Arte de falar, quero dizer da *Gramática Geral* e da *Retórica*. Donde resultou que estas duas últimas Ciências repudiadas pelos Filósofos, como que também da sua parte prescindiram da Filosofia; de modo que contentes com saberem o que haviam os Mestres mais acreditados (que nem sempre foram os mais sensatos) os Gramáticos e os Retóricos, pela maior parte, reputavam estranho à sua profissão o exame filosófico dos princípios da Arte que ensinavam.”

⁴⁷ *Preleções Filosóficas*, Advertência, f. 3, 1813. Grifos nossos.

“Mas opunha-se à execução deste projeto a falta de um livro elementar, cuja lição fixasse e recordasse nos ânimos dos que assistissem às Preleções, as doutrinas de que nelas se houvesse tratado.

Não me restava outro recurso, senão o de pôr eu mesmo por escrito as próprias Preleções: e deixar tirar cópias delas aos meus ouvintes, ou fornecer-lhas por via da Impressão.

A este último expediente porém, que era sem dúvida o mais acertado encontrava a regra geral de se não deverem entregar ao Prelo, senão Obras trabalhadas com descanso, perfeitas e acabadas.

Contudo pareceu-me, que esta regra admitia algumas exceções, era certamente uma delas o caso em que eu me achava, absolutamente destituído de Elementos para o uso das minhas Leituras.

É pois esta urgência, e não cegueira de amor próprio, quem me move a deixar sair à luz estas Preleções com os numerosos defeitos, que são de esperar de obra, que deve ser composta, revista pelas competentes Autoridades, e impressa no curto espaço, que medeia entre Leitura e Leitura”.⁴⁸

Portanto, o filósofo nos adverte que, em meio às dificuldades de ordens diversas, superá-las significa estabelecer em uma “ciência” a indissociabilidade entre a “arte de falar” e a “arte de pensar”, e que tal “ciência” estará assim conformada pelos ‘elementos’ que compõem o novo estatuto político do Brasil: a implementação da tipografia e a laicização da filosofia. O livro, como substrato material da reflexão filosófica, tem um alcance mais largo, pois, como ‘elemento’, pode forjar um ‘sistema’ a partir do qual as *categorias* que explicitam os ‘objetos’ e as ‘palavras’ legitimam o processo no qual o Brasil se civiliza.⁴⁹

Agora, então, podemos perguntar: qual a função da tradução das *Categorias* neste contexto? Não seria mais uma vez um modo de Silvestre Pinheiro Ferreira articular a arte de pensar com a arte de falar? Não cumpriria ela a função de estabelecer os princípios que regem as condições precárias, mas legítimas, do processo denominado na 30ª *Preleção* de “como as nações se civilizam e avançam em bom gosto”?

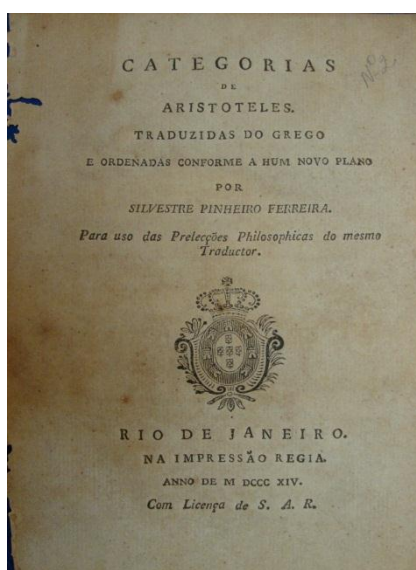
⁴⁸ *Preleções Filosóficas*, Advertência, f. 3 e 4, 1813. Grifos nossos.

⁴⁹ Aqui vale lembrar a definição que nos é dada de ‘elemento’: “qualquer das partes componentes de um Sistema”; e a tradução de Pinheiro Ferreira para τῶν ὄντων τὰ μὲν καθ’ ὑποκειμένου τινὸς λέγεται, ἐν ὑποκειμένῳ δὲ οὐδενί ἐστιν, “Das coisas, umas dizem-se de algum objeto; mas não estão em nenhum objeto”. Cf. *Categorias*, A.5.

1.3 As *Categorias* de Aristóteles, a função da tradução e o projeto de uma nação brasileira.j

A tradução das *Categorias* de Aristóteles foi publicada em 1814, com folha-de-rosto, e paginação próprias, embora, em alguns exemplares esteja encadernada com as *Preleções Filosóficas*, em um único volume – como no caso do exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, bem como, do volume pertencente à Coleção Carolina Michaelis, do Instituto de Estudos Românicos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.⁵⁰

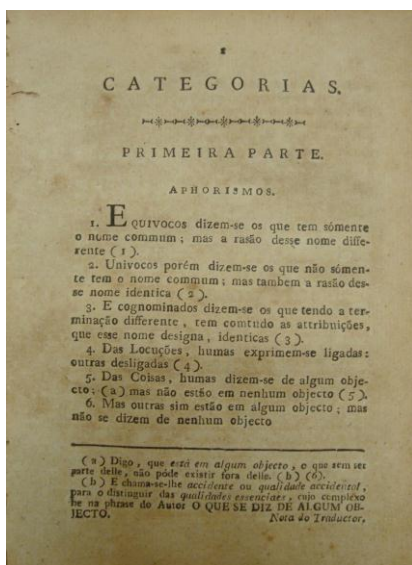
A folha-de-rosto já nos indica que o projeto de tradução abarca objetivos peculiares ao autor das *Preleções*, pois seu modo de traduzir está consubstanciado em uma intervenção direta no original grego: *Categorias*, de Aristóteles; “traduzidas do grego e ordenadas conforme um novo plano”, concebido por ele, “para uso das Preleções Filosóficas do mesmo tradutor”.



Folha-de-rosto da tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, diretamente do grego, das *Categorias*, de Aristóteles, publicada no Rio de Janeiro, pela Impressão Régia, em 1814. Trata-se da primeira publicação, no Brasil, de um texto do pensamento antigo (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

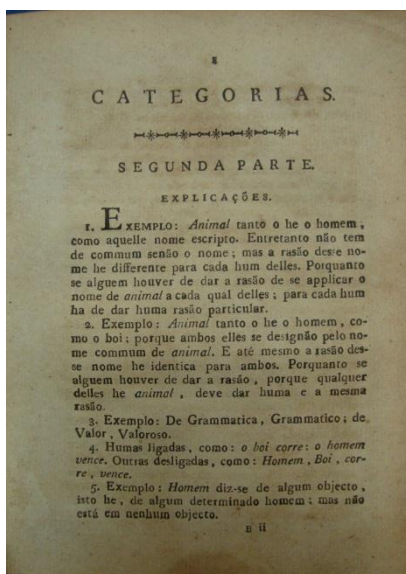
Assim, procurando dar ao texto de Aristóteles uma feição semelhante àquela utilizada na elaboração das *Preleções Filosóficas*, isto é, o de ser um “Livro elementar”, Silvestre Pinheiro Ferreira vai dividir o texto das *Categorias* em duas partes: uma primeira, denominada *Aforismos*,

⁵⁰ Sobre essas edições veja-se a nota 41. Vale observar ainda que a Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar contendo apenas as primeiras vinte e três preleções.



Categorias – Primeira parte chamada por Silvestre Pinheiro Ferreira de *Aforismos*.
(Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

e a segunda, chamada de *Explicações*,



Categorias – Segunda parte chamada por Silvestre Pinheiro Ferreira de *Explicações*.
(Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

e, contendo, cada uma, paginação própria e progressiva; o autor justificará sua escolha na apresentação do texto da tradução em função da tese, já demonstrada nas *Preleções Filosóficas*, de que a alteração da ordem da escrita em nada altera a ordem das idéias ou a da leitura:

“Mas se não precisa de justificação a homenagem que assim tributo às Obras de Aristóteles; precisa-o tanto mais a novidade da forma, em que aparecem na

presente tradução: novidade, que deve parecer à primeira vista; um total transtorno do texto do Autor. Porém este transtorno, que é na verdade grande quanto à ordem da escrita, em nada altera, nem a ordem das idéias, nem a da leitura. Porquanto se começando nós a ler o texto da Primeira Parte pela primeira palavra *Equívocos* (que é também a primeira do original) passarmos da palavra *diferente* à Explicação Nº 1, na Segunda Parte: e lida ela, voltarmos ao segundo § da Primeira Parte: *Unívocos porém etc.*: e assim continuarmos, passando alternativamente do Texto às Explicações, que os números, ou os asterisco indicam: e destas ao Texto; ninguém que com os olhos no Original grego nos escutasse, poderia suspeitar que nele se houvesse feito a menor alteração.”⁵¹

Ao dividir o texto original em *Aforismos* e *Explicações*, nosso autor está atuando com a mesma “teórica das definições” já utilizada nos artigos publicados em *O Patriota* e metodicamente explicitada nas *Preleções Filosóficas*. Para tanto, parece-nos oportuno lembrar a etimologia do termo ‘aforismo’, do grego *aphorismós*, que tanto pode ser traduzido por ‘definição’, quanto por ‘determinação’, ‘delimitação’, e, também, como ‘separação’, ‘distinção’, portanto, a ação verbal, *aphorízo*, adjunta ao substantivo masculino *aphorismós*, consiste em definir, determinar, delimitar, separar e distinguir, sentidos que encontraremos nos textos aristotélicos – por exemplo, na *Retórica*, 1354a3; na *Política*, 1331a27; e nas próprias *Categorias*, 3b-20 e 3b-22; 5b-12 –, e que será traduzido por Pinheiro Ferreira em suas ocorrências nas *Categorias*, por ‘determinação’.⁵² Desse modo, a “novidade da forma” adotada na tradução parece perfeitamente consonante com as teses silvestrianas que, de certo modo, assimilam aspectos importantes de sua interpretação das *Categorias*.

O texto grego utilizado por Pinheiro Ferreira, como indicado ao final da “Advertência”, foi o de Isaac Casaubon, editado em 1596, em Lyon, pela Oficina de Jacob Bubon, em dois volumes, *in folio*, contendo a *Obra* de Aristóteles em grego, e com a tradução para o Latim, feita por Nicolas Gourchy⁵³, e se voltássemos os nossos olhos para a tradução, como nos sugere Pinheiro Ferreira, e fizéssemos a colação do texto de grego com a tradução dividida em *Aforismos* e a *Explicações*, teríamos o quadro seguinte:

⁵¹ FERREIRA, f.3-4, 1814. Grifos nossos. Além da “novidade da forma” a tradução contém um modo próprio de referenciar o texto, pela numeração progressiva dos *Aforismos* e das *Explicações*, em um momento em que não temos ainda a edição de Bekker, publicada em Berlim, em 1831 (*Aristotelis opera, ex recensione Immanuelis Bekkeri*, Ed. Academia regia Borussica, t. I, Berlim, 1831.)

⁵² Cf. LIDELL, SCOTT, JONES, s.v. ἀφορίζω. Cf. A tradução silvestriana para os passos 3b 20: “Assim que, tanto a espécie, como o gênero, determinam as qualidades das essências;” (τὸ δὲ εἶδος καὶ τὸ γένος, περὶ οὐσίαν τὸ ποιοῦν ἀφορίζει), [Cf. *Cat.*, A.36]; 3b-22: “Mas esta determinação é mais ampla no gênero do que na espécie.” (ἐπὶ πλέον δὲ τῷ γένει ἢ τῷ εἶδει τὸν ἀφορισμὸν ποιεῖται), [Cf. *Cat.*, A.37], por exemplo. Damos aqui a notação de Bekker e entre colchetes a de Silvestre Pinheiro Ferreira, de tal modo que a referência fique facilmente acessível. O texto grego citado será sempre o de Isaac Casaubon.

⁵³ Cf. SCHMITT, 1992, p. 92 que afirma ter Casaubon incluído em sua edição a tradução de Nicolas de Grouchy do *Organon* de Aristóteles, abandonando a tradicional versão latina de Párior.

- 1a {1.} Ὅμωνυμα λέγεται, ὧν ὄνομα μόνον κοινόν, ὃ δὲ κατὰ τοῦνομα λόγος τῆς οὐσίας ἕτερος· οἷον ζῶον ὃ, τε ἄνθρωπος, καὶ τὸ γεγραμμένον. τούτων γὰρ ὄνομα μόνον κοινόν, ὃ δὲ κατὰ τοῦνομα λόγος τῆς οὐσίας ἕτερος· ἐὰν γὰρ ἀποδιδῶ τις τί ἐστὶν ἐκατέρω 5 αὐτῶν τὸ ζῶω εἶναι, ἴδιον ἐκατέρου λόγον ἀποδώσει. συνώνυμα δὲ λέγεται, ὧν τό, τε ὄνομα κοινόν, καὶ ὃ κατὰ τοῦνομα λόγος τῆς οὐσίας ὁ αὐτός· οἷον ζῶον, ὃ, τε ἄνθρωπος, καὶ ὁ βοῦς. τούτων γὰρ ἐκάτερον κοινῶ ὄνοματι 10 προσαγορεύεται ζῶον, καὶ ὁ λόγος δὲ τῆς οὐσίας ὁ αὐτός· ἐὰν γὰρ ἀποδιδῶ τις τὸν ἐκατέρου λόγον, τί ἐστὶν ἐκατέρω αὐτῶν τὸ ζῶω εἶναι, τὸν αὐτὸν ἀποδώσει λόγον. παρώνυμα δὲ λέγεται, ὅσα ἀπὸ τινος διαφέροντα τῇ πτώσει, τὴν κατὰ τοῦνομα 15 προσηγορίαν ἔχει· οἷον ἀπὸ τῆς γραμματικῆς ὁ γραμματικός, καὶ ἀπὸ τῆς ἀνδρείας ὁ ἀνδρεῖος.
- {2.} Τῶν λεγομένων, τὰ μὲν κατὰ συμπλοκὴν λέγεται, τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς. τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκὴν, οἷον ἄνθρωπος τρέχει, ἄνθρωπος νικᾷ· τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς, οἷον ἄνθρωπος, βοῦς, τρέχει, νικᾷ.

[AFORISMO]1. EQUÍVOCOS dizem-se os que têm somente o nome comum; mas a razão desse nome diferente (1).

[EXPLICAÇÃO]1. Exemplo: *Animal* tanto o é o homem, como aquele nome escrito. Entretanto não tem de comum senão o nome; mas a razão desse nome é diferente para cada um deles. Porquanto se algum houver de dar a razão de se aplicar o nome de *animal* a cada qual deles; para cada um há de dar uma razão particular.

[A]2. Unívocos porém dizem-se os que não somente têm o nome comum; mas também a razão desse nome idêntica (2).

[E]2. Exemplo: *Animal* tanto o é o homem, como o boi: porque ambos eles se designam pelo nome comum de *animal*. E até mesmo a razão desse nome é idêntica para ambos. Porquanto se alguém houver de dar a razão, porque qualquer deles é *animal*, deve dar uma e a mesma razão.

[A]3. E cognominados dizem-se os que tendo a terminação diferente, têm contudo as atribuições, que esse nome designa, idênticas (3).

[E]3. Exemplo: De Gramatica, Gramático; de Valor, Valoroso.

[A]4. Das Locuções, umas exprimem-se ligadas: outras desligadas (4).

[E]4. Umas ligadas, como: *o homem corre: o homem vence*. Outras desligadas, como: *Homem, Boi, corre, vence*.

[[1a λέγεται ὧν || 2 [τῆς οὐσίας] | ἕτερος, | ὃ τε || 3 ἄνθρωπος καὶ | γεγραμμένον· || 4 | [τῆς οὐσίας] || 5 αὐτῶν ἐκατέρω || 6 λέγεται ὧν τό τε ὄνομα κοινόν καὶ || 7 | [τῆς οὐσίας] | αὐτός, || 8 ζῶον ὃ τε ἄνθρωπος καὶ ὁ βοῦς· | ὁ γὰρ ἄνθρωπος καὶ ὁ βοῦς || 10 [τῆς οὐσίας] || 11 λόγον τί | αὐτῶν ἐκατέρω || 12 λόγον ἀποδώσει | λέγεται ὅσα || 13 πτώσει τὴν | ἔχει, || 14 γραμματικός καὶ || 15 λεγομένων τὰ || 16 λεγομένων τὰ || 20 ὄντων τὰ

Na seção de *Aforismos* o tradutor circunscreverá tudo aquilo que ele considera “elementar”, e nas *Explicações* tudo aquilo que “não acrescenta nada ao que fica dito”, servindo apenas para clarificar o que foi dito:

⁵⁴ No quadro acima o texto grego das *Categorias* é o da edição de Casaubon, com o grifo em vermelho, indicando as alterações sofridas no texto em edições contemporâneas, aqui colacionada no aparato crítico com a edição de Richard Bodéüs, publicado em 2002, pela Les Belles Lettres.

“Consiste pois esta unicamente em separar, à maneira de Notas, toda aquela parte do original, que não acrescenta nada ao que fica dito, e só serve a exemplificar, ou aclarar por qualquer outro modo, o que precede: sem que este novo arranjo violente a ligação de uma e outra coisa: nem eu tenha para isso omitido, acrescentado, ou substituído palavra alguma, do Original, pois antes as conservei na ordem da sintaxe, que cada uma delas ali ocupa. Duas são as vantagens, que me parecia, seguirem-se desta disposição: primeira, tornarem-se mais sensíveis e perceptíveis as doutrinas do Autor: Segunda, convidar mais a lerem-se, e facilitar o consultarem-se Obras, que se por algum tempo jazeram (a)⁵⁵ em uma espécie de injusto esquecimento: e por não lidas experimentaram um tanto mais injusto desprezo; isso derivou em grande parte do fastio que causava aquela multiplicidade de explicações, que interrompem a dada passo o fio das idéias.”⁵⁶

As justificativas explicitando o plano de tradução utilizado aparecem também na “Advertência”, que, tal como nas *Preleções Filosóficas*, antecede a tradução, de modo a dimensionar o contexto do trabalho filosófico.

E, se na primeira parte da “Advertência” podemos inferir um primeiro preceito do tradutor: a fidelidade ao texto original, sem acréscimos ou substituição de qualquer palavra do original, que devem ser conservadas em sua sintaxe original; na segunda, o valor ‘formador’ e ‘educativo’ da tradução é compreendido em dois aspectos, o da hermenêutica da obra filosófica, na medida em que as ideias de um autor podem ser mais facilmente lidas e apreendidas, e preservadas de um “injusto esquecimento”. Logo, também não será difícil reencontrarmos aqui, mais uma vez explicitada, a coalescência entre a “arte de pensar” e a “arte de falar”, posto que “a ordem da escrita, em nada altera, nem a ordem das idéias, nem a da leitura”.

Na segunda parte da “Advertência” veremos que a escolha das *Categorias* não é apenas uma escolha filosófica, mas, também, uma escolha que, ao se demarcar como ‘formadora’, aponta para a tese de que a construção de uma nação, ou melhor, a “fundação” da nação deve pautar-se também no domínio da “arte de pensar” e da “arte de falar”:

“Ninguém, que com reflexão tenha lido os Filósofos dos antigos e modernos tempos, poderá negar a Aristóteles a primazia sobre todos eles. E portanto as suas Obras deviam ser naturalmente as primeiras, que figurassem nesta como Biblioteca de Filosofia, que tenho empreendido. [...]

Quisera eu que o texto grego aparecesse em frente desta tradução: tanto para excitar a Mocidade ao estudo da Língua Grega, que no meu conceito constitui o mais glorioso monumento da perfeição do Espírito humano; como também porque devendo esta tradução abundar em defeitos inevitáveis pelo pouco tempo em que sou obrigado a fazê-la e publicá-la; conviria muito, que a facilidade de a cotejarem com o texto oferecesse aos inteligentes o meio de corrigirem as faltas, que nela não pode deixar de haver em grande número, e muitas vezes de grande nota.

⁵⁵ O (a) refere-se a nota acrescentada por Pinheiro Ferreira justificando o uso do pretérito do verbo *jazer*: “(a) Seja-me desculpado o uso deste pretérito do verbo *jazer*. Eu sei que os nossos bons Escritores ou se serviram de *jouveram*, ou o evitaram. Mas o uso geral na conversação e trato da Corte, não menos do que a analogia, são bastante autoridade em meu favor.” Cf. *Cat*, f.4, 1814.

⁵⁶ FERREIRA, f.4, 1814. Grifos nossos.

Por maior porém que fosse este meu desejo, não me foi possível satisfazê-lo; já porque neste nascente Estado faltam os meios para se fazer uma correta edição de um texto grego; logo que exceda a certos e muitos acanhados limites: já porque a carestia excessiva dos materiais e da mão-de-obra tornaria inútil para a maior parte das pessoas, a cujo uso este meu trabalho é dirigido, uma obra, que tendo unicamente em vista a instrução da Mocidade, deve estar ao alcance até daqueles mesmos que não gozam de avultados bens da fortuna.”⁵⁷

Nesse sentido, seria oportuno lembrar que as *Categorias*, sob a qual pesam muitas dúvidas sobre sua autenticidade, foi tida pela tradição neoplatônica como um texto fundamental no processo de iniciação à filosofia e, que, juntamente com o *Sobre a Interpretação* e os *Primeiros Analíticos*, formava uma tríade – com uma lógica dos termos, uma lógica das proposições e uma lógica dos raciocínios – introdutória à filosofia, que Pinheiro Ferreira parece ter em conta em seu projeto de preleções filosóficas.⁵⁸ E às objeções feitas por Hipólito da Costa, no *Correio Brasiliense*, que envolviam: [i] o caráter ‘elementar’ das *Preleções Filosóficas* – não um curso elementar de filosofia, como havia suposto o correspondente do *Correio Brasiliense* –, tanto no que diz respeito à “instrução da mocidade” (não para toda a mocidade, mas para aquela que já tenha um curso de estudos que lhe dê os princípios e o entendimento da linguagem das ciências), quanto ao fato delas trazerem à tona, “os princípios elementares da Filosofia”; [ii] a “abundância de definições”, que, ao contrário do que pensa Hipólito da Costa, constituem-se em um modo de apreensão da “verdade” que, como parte da “Arte de ensinar” compõe-se em “um tesouro”, cujas chaves “são as definições”; [iii] a definição da palavra ‘definição’, e, [iv] a crítica feita aos comentários ao texto das *Categorias* e ao fato de o autor ignorar que elas foram falsamente atribuídas a Aristóteles:

[...] “as observações que da IX Preleção por diante se encontram sobre as Obras d’Aristóteles com qualquer dos inumeráveis Comentadores daquele Filósofo; e mostre de qual deles extraídas. E já que falamos d’Aristóteles, de quem o mesmo Crítico diz que eu deveria saber que as *Categorias* lhe foram falsamente atribuídas; respondo: que sendo para o meu intento questão muito ociosa, como se chamava o Autor daquela Obra, pois que isso nada tira em acrescenta ao seu merecimento; me não devo demorar em mostrar que ela é com efeito de Aristóteles; e limito-me a remeter o nosso Crítico para a Prefação que o célebre Buhle fez preceder às mesmas *Categorias* na edição que deu das Obras d’Aristóteles em Duas Pontes no ano 1791, e seguintes.”⁵⁹

Pinheiro Ferreira irá respondê-las na 18ª *Preleção* e no *Suplemento* ao Índice das vinte e duas primeiras preleções.

Portanto, a opção pela tradução do texto grego, o lamento pela impossibilidade de uma edição bilingue, grego-português, cumpre, também, conforme sublinha nosso autor, a função ‘formadora’ – tanto no que diz respeito ao exercício da filosofia, quanto ao da cidadania – , que

⁵⁷ FERREIRA, f. 1-5, 1814. Grifos nossos.

⁵⁸ Sobre a questão da autenticidade das *Categorias*, veja-se, por exemplo, BRUNSCHWIG, J. *Les Catégories*. DPhA, I, 1994, p. 109-124; BODÉÜS, 1995. p. 141-154; DUMOULIN, 1980, p. 23-32; ROSS, 1939, 427-433, e RUTTEN, 1985: 315-336.

⁵⁹ Cf. *Preleções Filosóficas*, §583-588, e *Suplemento*, 1813, p. 99-100.

pretende, pela “instrução da mocidade”, garantir, como já sublinhara em *O Patriota*, a “contemporaneidade dos séculos”.⁶⁰ Sob essa ótica, o filósofo e o tradutor não estão dissociados, e a possibilidade de traduzir parece ser uma exigência, uma condição natural, da reflexão filosófica, sobretudo em um “nascente Estado” como o Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.

Assim, o processo em que as nações “se civilizam”,⁶¹ a “construção do Bom Gosto”⁶², supõe, para o nosso filósofo, não somente a coalescência entre a “Arte de Pensar” e a “Arte de Falar”, mas, também, a ‘Arte de Traduzir’ como substrato da comunidade política, da conformação do Estado no alicerce secular da contemporaneidade das ideias, que poderá ser confirmada em toda a reflexão silvestriana acerca da monarquia como forma constitucional, esboçada nas *Memórias políticas sobre os abusos gerais e os modos de os reformar e prevenir a revolução no Brasil*, redigidas por ordem do Príncipe Regente, em 1814/1815, nas *Cartas sobre a Revolução do Brasil*, e, posteriormente, nas *Observações sobre a Constituição do Império do Brasil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*, e no *Manual do Cidadão em um Governo Representativo*, publicado, em aparente forma ‘dialogal’, pois constituído de perguntas e respostas, sem, entretanto, a determinação de personagens, em 1834.

Ao revigorar as *Categorias* aristotélicas em “Aforismos” e “Explicações”, Pinheiro Ferreira estava, certamente, redefinindo no “Novo Mundo” a antiga concepção grega de ‘*politeía*’ e subscrevendo o estatuto da vida política – dos direitos e deveres dos cidadãos e do Estado – na “contemporaneidade dos séculos”, prescrita em “*O Patriota*” e revisitada no aparato filosófico das *Preleções*, e tão bem explicitada na paráfrase do primeiro *Aforismo* do *Corpus Hipocraticum* feita por Pedro Nava, em 1948, citada na epígrafe deste texto: se “os fatos são passageiros”, se “as datas incertas” e se “os homens são mortais, – só as ideias são permanentes e eternas as categorias por que elas se exprimem.”

⁶⁰ Veja-se o item 1.1, p. 7-8; 16-21. Para a importância filosófica do conhecimento das línguas, cf. *Preleções Filosóficas*, §949-952.

⁶¹ Que o Brasil estivesse no horizonte silvestriano, o parecer escrito por ele, em março de 1822, sobre a situação do Brasil, parece ratificar: “O Brasil desde seu descobrimento tem sido sempre governado colonialmente, quer dizer, por medidas e providências que os governadores de cada capitania julgavam ser ditadas pelas circunstâncias. Esta é a única forma de governo praticável em uma sociedade nascente. Mas S. M., depois de ter estado alguns anos no Brasil, convenceu-se de que as principais povoações dele estavam já chegadas àquele grau de civilização em que as sociedades deixam de ser governadas por ditadores para o serem por magistrados sujeitos a uma marcha regular e conforme a um sistema de leis uniformes em toda a extensão da monarquia. Foi nesta mente pois que S. M. declarou o Brasil elevado à categoria de reino.” (FERREIRA, 1822, f.2, Manuscrito I – 31, 22, 009, FBN).

⁶² A importância ‘filosófica das línguas’, a função gnosiológica da ‘gramática filosófica’ expostas em *O Patriota* e fundamentada nos comentários ao texto de Aristóteles nas *Preleções Filosóficas*, no §941, remete especificamente para a “formação do Gosto”: “E se é indispensável a todo o homem que quer formar o Gosto sobre os diferentes gêneros de Poesia ler o Ariosto, o Tasso, Corneille, Racine, Lafontaine, Shakespeare, Milton, Klopstock, etc. Nos seus originais; como poderá suprir o que só em Homero, em Sófocles, em Demoóstenes, em Horácio, em Terêncio, em Cícero, se pode encontrar, nem se pode traduzir em nenhuma outra Língua?”

Referências Bibliográficas

1. Obras de Silvestre Pinheiro Ferreira

1.1 Manuscritos

FERREIRA, S. P. “Proposta sobre o regresso da corte para Portugal e providencias convenientes para prevenir a revolução, e tomar a iniciativa na reforma política”, 22 de abril de 1814. 3f. (FBN, Seção de Manuscritos, I-31,21,010.)

FERREIRA, S. P. “Memórias e cartas biográficas versando sobre os fatos políticos sobrevindos no Rio de Janeiro à revolução constitucionalista do Porto e Lisboa, desde suas repercussões e consequentes sublevações de fevereiro e abril de 1821 até o regresso de D. João VI com a corte para Portugal”, 1822. Seção de Manuscritos da FBN, I-31, 21, 009.

FERREIRA, S. P. “Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira escrita a bordo da nau D. João a 26 de maio de 1821, dirigido ao rei D. João VU, pedindo instruções para organizar a casa e serviço de El-rei em Lisboa. Seção de Manuscritos, FBN, II, 30, 34,9-Nº 1.

1.2 Impressos

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Preleções Filosóficas*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.

_____. *Preleções Filosóficas*. Introdução de Antonio Paim. 2 ed. São Paulo: Edusp, Editorial Grijalbo, 1970.

_____. *Preleções Filosóficas*. Introdução de José Esteves Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

_____. Aristóteles. *Categorias*. Tradução e notas por Silvestre Pinheiro Ferreira. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814.

_____. Memórias políticas sobre os abusos gerais e modos de os reformar e prevenir a Revolução Popular, redigidas por ordem do Príncipe Regente – 1814/1815. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 1-13, 1884. [1814]

_____. *Essai sur la psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'ontologie, l'esthétique et la dicósyne*. Paris: Rey et Gravier; J. P. Allaud, 1826.

_____. *Observações sobre a carta constitucional do Reino de Portugal e a constituição do Império do Brasil*. Paris: Of. Typ. De Casimir, 1831.

_____. *Manual do cidadão em um governo representativo, ou princípios de direito constitucional administrativo e das gentes*. Paris: Rey e Gravier, 1834. 3v.

_____. *Observações sobre a constituição do Império do Brazil e sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal*. 2ª. ed. Aumentada com as observações do mesmo autor sobre a lei das reformas do Império do Brazil. Paris: Rey e Gravier; J. P. Aillaud, 1835.

_____. *Breves observações sobre a constituição política da monarquia portuguesa: decretada pelas Cortes Gerais extraordinárias e constituintes ...*. Paris: Rey et Gravier, 1837.

_____. *Noções Elementares de Philosophia e suas applicações às sciências morais e políticas*. Paris: Rey et Gravier, 1839.

_____. *Precis d'un cours de philosophie élémentaire: ontologie, psychologie, idéologie*. Paris: Eduard Garnot, 1841.

FERREIRA, S.P. Divisão do império do Brasil em cinco monarquias confederadas – Sr. D. Pedro 2º chefe da Confederação. *Diário do Rio de Janeiro*, 22 nov. 1843, p. 1.

_____. Cartas sobre a revolução no Brasil, editadas por F. Ramiz Galvão. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1877. V. 2 e 3.

_____. Cartas sobre a revolução do Brasil. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 239-377, 1888.

_____. Silvestre Pinheiro Ferreira: Escritos Filosóficos. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, p. 29-319, 1960.

FERREIRA, S.P. *Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Editora Documentário, 1976. [Coletânea de textos].

1.1 Outras fontes consultadas

BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa, ou princípios da Gramática geral aplicados à nossa linguagem*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências, 1822.

COUTO E MELO, J. C. *Gramática filosófica da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846): Bibliografia e estudos*. Salvador: CDPB, 1982

GARAT, D.-J. Lettres sur Bayonne et les Basques. *Mercur de France*, Paris, 8, p. 63-73, fev. 1783.

MARROCOS, L. J. dos S. (1934) Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas à sua família no Rio de Janeiro, de 1811 a 1821. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação.

BACELAR, B. L. M. *Gramática filosófica e ortográfica racional da língua portuguesa*. Lisboa: Na Oficina de Simão Thaddêo Ferreira, 1783.

NOVO CATÁLOGO DAS OBRAS DO PUBLICISTA PORTUGUÊS SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA que existem à venda em Lisboa Lisboa: Typ. J. B. Morando: 1849. 24 p.

O PATRIOTA, Jornal Literário, Político, Mercantil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813-1814.

SILVA, Inocência Francisco da. Silvestre Pinheiro Ferreira. In: _____. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, 1862. t. 7, p.259-73.

VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja*: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em várias cartas escritas pelo R.P.***Barbadinho da Congregação de Itália ao ***R.R.P. Doutor da Universidade de Coimbra. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. 2 v.

ZAIMAN, D. *O Patriota*, jornal literário, político e mercantil, 1813-1814. Índice. In: RODRIGUES, J. H. (Coord.) *Coleção Mattoso Maia de Instrumentos para Pesquisa em História do Brasil*. Niterói: UFF, 1977/1978.

2. Aristóteles: Edições e Comentários

2.1 Edições das *Categorias*

PALUELLO, M. *Aristotelis Categoriae et liber De interpretatione, recognovit brevique adnotatione critica instruxit*. Oxford, Oxford University Press, 1956. [reimp. 1949, OCT].

BEKKER, I. *Aristotelis opera, ex recensione Immanuelis Bekkeri*. Berlin: Academia regia Borussica, 1831. [Editio altera quam curavit Olof Gigon, Berlin, 1960], p. 1-15, t. 1.

BODÉÛS, R. *Aristote. Catégories*. Texte établi et traduit par R. Bodéüs. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

CASAUBON, I. *Aristotelis stagiritaee philosophorum Omnium longe principis*. Lyon: Guillelmun Laemarium, 1590.

COLLI, G. *Organon*. Introduzione, traduzione e note di Giorgio Colli. Turin: Einaudi, 1955.

2.2 Estudos e Comentários às *Categorias* e História do Texto.

BODÉÛS, R. Sur l'unité stylistique du texte des *Catégories* d'Aristote. In: MOTTE, A. E DENOZ, J. *Aristotelica Secunda: Mélanges offerts à Cristian Rutten*. Liège: C.I.P.L., 1995. P. 141-154.

BRUNSCHWIG, J. Les *Catégories*. In: GOULET, R. (éd.) *Dictionnaire des philosophes antiques*. Paris: Éd. Du CNRS, 1994. v. 1, p.491-493.

DUMOULIN, B. Sur l'authenticité des *Catégories*. In: AUBENQUE, P. (éd.) *Concepts et catégories dans la pensée antique*. Paris: Vrin, 1980. P. 23-32.

DÜRING, I. *Aristóteles*. Traducción y edición de Bernabé Navarro. México: UNAM, 1990.

RUTTEN, CHR. Stylométrie des *Catégories*. *Aristotelica* : Mélanges offerts à M. De Corte. Bruxelles-Liège, Ousia, 1985. p.315-336.

SCHMITT, C. *Aristote et la Renaissance*. Traduit de l'anglais et présenté par Luce Giard. Paris: PUF, 1992.

3. Estudos e Comentários

ALCIDES, S. O lado B do neoclassicismo luso-brasileiro: patriotismo e poesia no "poderoso império". In: KURY, L. (Org.) *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 103-140.

BORDES, J. *Politeia dans la pensée grecque jusqu'à Aristote*. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª. ed. revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CANFORA, L. *Convertire Casaubon*. Milano: Adelphi, 2002.

CANFORA, L.; CORCELLA, A. La letteratura politica e la storiografia. In: *La produzione e la circolazione del testo*. Volume 1: la polis. Roma, 1992. p. 433-471

CARVALHO, L. R. *As reformas pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Edusp, 1978.

CATALDI, S. (ed.) *Poleis e Politeiai: esperienze politiche, tradizioni letterarie, progetti costituzionale*. Attil del Convegno Internazionale di Storia Greca. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2004.

- COSTA, J. C. (1956), *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- COXITO, A. *Estudos sobre a filosofia em Portugal na época do Iluminismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- CRUZ, Isabel. Silvestre Pinheiro Ferreira: o viajante sombra. *Atalaia/Intermundos*. Revista do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa, n.8/9, p. 308-330, 2001. (disponível também em <http://www.triplov.com>)
- EHRENBERG, V. *Lo stato dei greci*. Traduzione de Ervino Pocar. Firenze: La Nuova Itália, 1980.
- FERREIRA, T. M. T. B. da C. Redatores, livros e leitores em *O Patriota*. In: KURY, L. (Org.) *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 41-66.
- GONÇALVES, M. F. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. ACTAS DO VI CONGRES DE LINGUISTICA GENERAL. Barcelona, 18-21 de abril de 2006, Universitat de Barcelona. [Gonçalves, Maria Filomena. Maria https://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_linguistico_em_Portugal_o_exemplo_das_gramaticas_filosoficas]
- GUIMARÃES, M. L. S. As luzes para o Império: história e progresso. In: KURY, L. (Org.) *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 67-102.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRISTELLER, P. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- KURY, L. Descrever a patria, difundir o saber. In: KURY, L. (Org.) *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 141-178.
- LIDELL, H. J.; SCOTT, R. e JONES, A *Greek-English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- LIMA, M. de O. *D. João VI no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LYRA, M. de L. V. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MANCHESTER, Alan K. A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H. e EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Tradução de Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217.
- MANVILLE, P. B. *The origins of citizenship in ancient Athens*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- MORAES AUGUSTO, M. G. de. A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia. In: Assunção, T. R.; Flores-Jr, O.; Santos, M. M. eds. *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010. p. 313-350.
- MORAES AUGUSTO, M. G. De. Politeia e utopia: o caso platônico, *Kléos*, Rio de Janeiro, v.16-17, p.128-135, Jul.2012/2013.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1969.
- _____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.

MOREL, M. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do império português na América. In: KURY, L. (Org.) *Iluminismo e império no Brasil: O Patariota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 15-40.

NASCENTES, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Imprensa Nacional, 1967. 4 v.

PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1974.

_____. Introdução. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Preleções Filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, Editorial Grijalbo, 1970. p. 7-12.

PATTISON, M. *Isaac Casaubon – 1559-1614*. Oxford: Clarendon Press, 1892.

PRAÇA, J. J. Lopes. *História da filosofia em Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1974.

RIZZINI, C. de A. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: (1500-1822)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp, 1988 (Ed. Fac-similar).

SARAIVA, José Antonio. *Por uma história da cultura em Portugal: Renascimento e Contra Reforma*. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1996. v.2.

SÉRGIO, Antonio. *Ensaio*. Lisboa: Seara Nova, 1929.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

_____. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Brasiliana, v. 363)

_____. *Sernobrena Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

SUCUPIRA, Newton. O Seminário de Olinda e outros seminários. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel (Org.). *História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME/CFC, 1976. p. 356- 373.